

ISSN 2318-9282

número 18

ano 6

janeiro- março 2018

desi**d**ades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

18

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



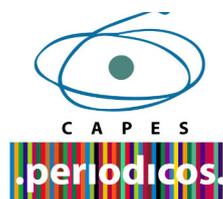
APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloísa Dias Bezerra

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Alexandre Bárbara Soares

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Isa Kaplan Vieira

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Paula Pimentel Tumolo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Cascão Lopes

Hannah Quaresma Magalhães

Maria Luíza Vianna Werneck Pereira

Matheus Ferreira Apolinário

Yuri do Carmo Castro de Jesus

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flávia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, México
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

“É o preço de um almoço”:

sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes
no sertão do Pajeú pernambucano - Brasil

*Marjorie Thaynna Pereira da Silva, Epitácio Nunes de Souza Neto,
Normando José Queiroz Viana*

8

Risco e vulnerabilidade:

pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes

*Daniele Jesus Negreiros, Isadora Dias Gomes, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço,
Verônica Morais Ximenes*

20

ESPAÇO ABERTO

Infância e ditadura:

as marcas de uma experiência de controle e disciplinamento

ENTREVISTA DE *Alejandra Estevez* COM *Valeria Llobet*

34

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHA

Entre a escola e a casa de reza:

infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas
guarani, de Domingos Nobre

RESENHA POR *Renata Silva Bergo* E *Renata Lopes Costa Prado*

47

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

52

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

55

editorial

Frequentemente as injustiças se disfarçam na trama social, quando é mais difícil se dar conta de algumas situações injustas que clamam por mudanças na sociedade. O processo de “familiarização” das crianças e jovens, termo usado para descrever a invisibilidade destes atores na dinâmica social a não ser pela ótica de seu pertencimento familiar, determina também a “familiarização” das responsabilidades e de uma ética de cuidado em relação à população de crianças e jovens. Seria o caso, por exemplo, de circunscrever as responsabilidades de cuidado àqueles que se gerou – os próprios filhos e filhas, os descendentes. As “outras” crianças e jovens, assim se crê, devem ser responsabilidade de suas próprias famílias, ou do Estado. Se o fato de ter filhos/as pode até se constituir como uma decisão individual, vir ao mundo significa, de um modo muito mais amplo, tornar-se parte da comunidade humana compartilhando com ela uma longa história, ao mesmo tempo trágica e aventureira, e um destino. Cada nascimento, como diria Hannah Arendt, instaura a possibilidade de um outro começo para toda a humanidade. Assim sendo, a nova geração representa para todos e todas, um verdadeiro cataclismo de vida e esperança e, portanto, faz sentido perguntar: a quem cabe o cuidado das crianças e jovens a despeito de quem as pôs no mundo?

Urge colocar esta pergunta no presente das sociedades latino-americanas em que um enorme contingente de crianças e jovens estão fadados a sobreviver e se virar sozinhos na ausência de vínculos que concretizem a solidariedade intergeracional mais ampla. Urge criar espaços de discussão que problematizem as injustiças que se cometem quando “familiarizamos” as responsabilidades do cuidado da nova geração. O assassinato de Marielle Franco, líder negra, vereadora municipal do Rio de Janeiro, Brasil, que escancarou o escárnio, a indiferença e a violência, com que os jovens e crianças das favelas são tratados pelo aparato do Estado – a polícia e outras instituições, nos interpela a continuar sua luta e seu compromisso com os jovens e as crianças, todos eles, como nossos legítimos descendentes.

Nesta edição, refletir sobre a convocação de “desfamiliarizar” a responsabilidade com a geração mais jovem é provocada pelos dois artigos da seção Temas em Destaque. Um deles, “É o preço de um almoço: sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no sertão do Pajeú pernambucano, Brasil”, trata justamente do vínculo desumanizador do adulto que usa a criança como objeto de gozo próprio, seja na exploração sexual e/ou comercial. O outro, “Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes” discute as implicações de se associar a vulnerabilidade dos jovens com suas condições precárias de vida o que conduz, frequentemente, a políticas de repressão, exclusão, e até de extermínio, mais do que a políticas de cuidado. Afinal, somos todos vulneráveis, esta condição sendo constituinte da subjetividade humana. A entrevista desta edição trata um tema difícil e pouco discutido: qual é a relação entre infância e ditadura? Como as crianças viveram este período político naqueles países em que foi instaurado um estado de exceção? Como as relações e a solidariedade intergeracional se modificaram em um momento político em que o ódio era cultivado para com determinadas pessoas, tidas como terroristas, e o regime político se baseava em um controle da voz, da liberdade e de qualquer dissidência?

Finalmente, apresentamos a resenha do livro “Entre a escola e a casa de reza: infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas guarani”, de Domingos Nobre, resenha feita por Renata Bergo e Renata Prado. Na seção do Levantamento Bibliográfico, estão os livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de dezembro a março de 2018 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

Boa Leitura!

Lucia Rabello de Castro
EDITORA CHEFE

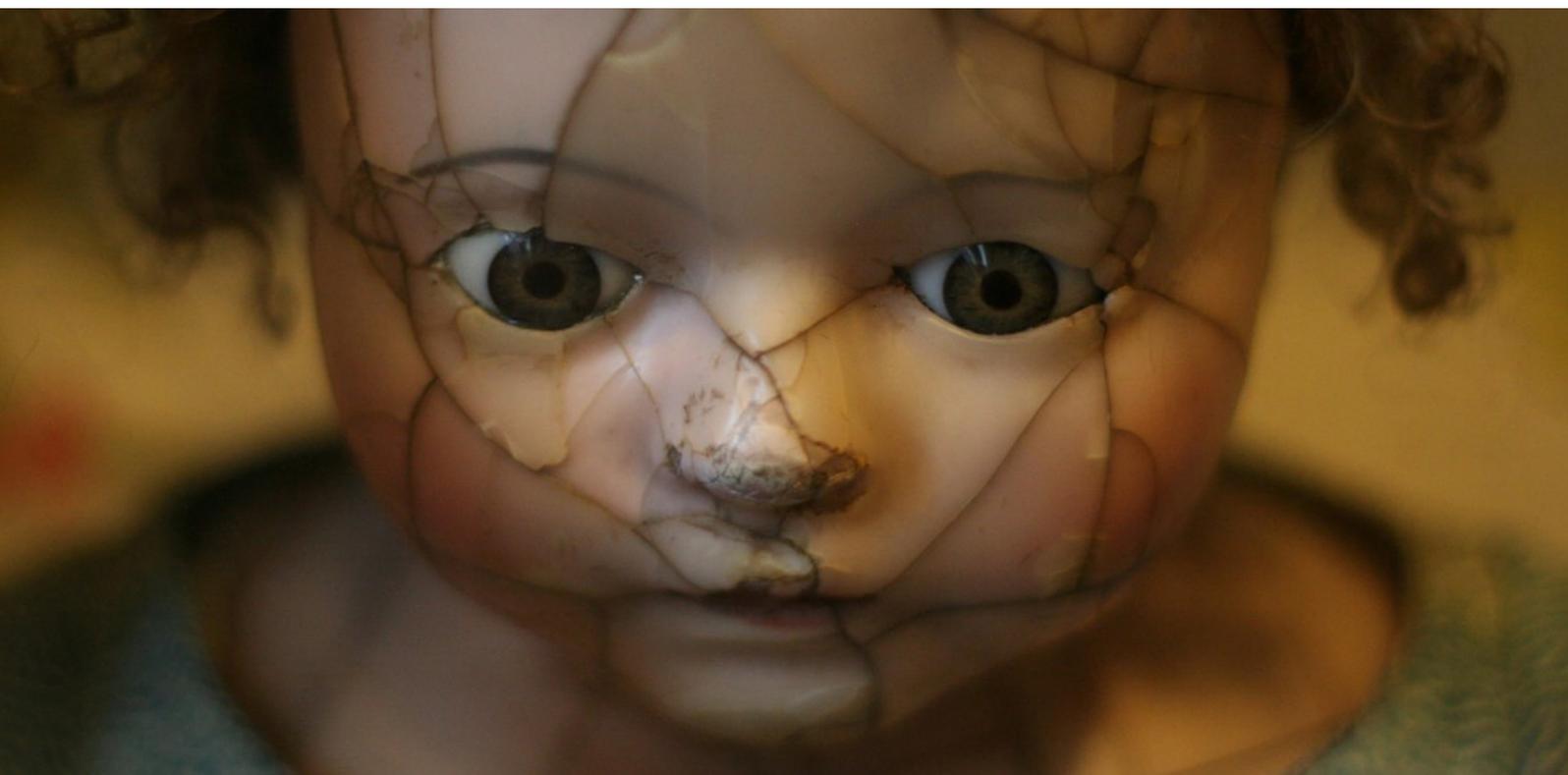


IMAGEM: Pxhere

“É o preço de um almoço”: sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no sertão do Pajeú pernambucano - Brasil

Marjorie Thaynnan Pereira da Silva

Epitácio Nunes de Souza Neto

Normando José Queiroz Viana

Introdução

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes – ESCCA – se configura como relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes, promovida por exploradores sexuais através das grandes e complexas redes de comercialização local e global ou a partir da conivência de pais/responsáveis ou de consumidores do sexo pago (Souza Neto; Viana, 2015; Morais et al, 2007; Faleiros, 2000; Leal, 1999). A mesma se constitui como grave violação aos direitos da criança e é descrita pela Organização Internacional do Trabalho – OIT como uma das piores formas de trabalho infantil (Cerqueira-Santos et al, 2008). Violações aos direitos da criança e do adolescente resultam de relações assimétricas de poder consolidadas em uma cultura adultocêntrica e impactam suas dignidades e cidadanias. As múltiplas e complexas questões envolvidas na violação de direitos, somadas aos recortes de gênero, raça e etnia, ampliam o grau de vulnerabilidade a que algumas crianças e adolescentes estarão expostas (Gomes; Farias; Franco, 2017; Cegatti, 2017).

No Brasil, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) – estabelecer as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade sobre a garantia dos direitos desta parcela da população como prioridade absoluta, percebe-se que a violência sexual presente na sociedade ainda representa grave violação que põe em risco o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em todo o país. Um estudo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI (2004) –, da Câmara dos Deputados do Governo Federal, identificou, no ano de 2003, em 23 estados brasileiros, 937 municípios onde a ESCCA se revelava prática recorrente. Deste total de municípios, 31,8% se concentrava na Região Nordeste; 25,7% na Região Sudeste; 17,3% na Região Sul; 13,6% na Região Centro-Oeste; e 11,6% na Região Norte. Em todas as regiões foram identificadas tanto a prática da prostituição quanto do tráfico de pessoas, da pornografia e do turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes. O Nordeste apresentava o maior número de casos registrados.

Um relatório de Monitoramento de País sobre ESCCA, realizado pela ECPAT Internacional, e publicado em 2014, ressalta que os dados do Disque 100 revelam que, na estratificação das denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, predominam os casos de abuso sexual, seguidos da exploração sexual, pornografia e tráfico de pessoas, com maior incidência na faixa etária de 07 a 14 anos. De acordo com os dados, somente nos anos de 2012 e 2013 foram registradas no Brasil 69.621 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, totalizando uma média de 2.900 denúncias por mês. Apesar dos esforços dirigidos ao enfrentamento e combate à ESCCA, atualmente o país registra uma média diária de 87 queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desigualdade social, vulnerabilidade socioeconômica, limitação do acesso a bens e serviços relacionados às diferentes políticas públicas, a exemplo das políticas de educação e saúde, assim como as vicissitudes do contexto da violência são, frequentemente, apontadas como os principais fatores que favorecem para que pais e/ou responsáveis, muitas vezes, submetam seus filhos às situações de exploração sexual (ECPAT, 2014; Libório; Castro, 2010; Viana, 2010). Outros estudos também apontam que alguns profissionais, pelas especificidades de suas atividades laborais, estarão mais propensos ao envolvimento

com a ESCCA, atuando como clientes em um mercado clandestino e ilegal (Davidson; Taylor, 1996; Cerqueira-Santos; Rezende; Correa, 2010). Entre estes, se destacam os caminhoneiros, que cruzam as estradas, quase sempre, sozinhos. Tal especificidade parece favorecer seus engajamentos em práticas sexuais comerciais, não raro, com crianças e adolescentes (Cerqueira-Santos; Souza, 2015; Cerqueira-Santos et al, 2008; Koller, 2004).

Diversos dados do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF (2012) – apontam que as crianças estão entre as principais vítimas do tráfico de seres humanos para fins de prostituição. Também evidenciam que a exploração sexual de meninos e meninas acontece, com maior frequência, nas proximidades das rodovias, especialmente nos postos de gasolina. O grande fluxo de veículos e a constante circulação de pessoas em um mesmo local parecem favorecer a prática da ESCCA nestes locais, contando, muitas vezes, com a participação ativa de vários atores sociais, a exemplo dos próprios caminhoneiros, taxistas, comerciantes, donos de casas noturnas e familiares da criança/adolescente.

O VI Mapeamento de Pontos Vulneráveis à ESCCA nas Rodovias Federais Brasileiras, realizado pela Childhood Brasil, entre 2013 e 2014, registrou 1.969 pontos de risco e vulnerabilidade em todo o país. A estratificação dos números revela que a região Nordeste ocupa a segunda posição no ranking nacional, totalizando 475 pontos críticos, 19 a menos que a região Sudeste. Contudo, considerando os níveis de riscos classificados como “críticos”, “alto” e “médio”, a região Nordeste revela pontuações bem superiores. Em todas as regiões do país, os postos de gasolina foram destacados como os principais pontos de maior vulnerabilidade e risco para crianças e adolescentes.

Pernambuco tem se destacado como um dos estados com os maiores índices de ocorrências de ESCCA, com a prática da prostituição infanto-juvenil presente em 38,05% dos seus 184 municípios (Souza Neto, 2009). Na atualidade, a ESCCA ainda se faz prática comum, tanto na capital quanto nas demais regiões, especialmente, no sertão do Estado (Rios et al, 2009; Menezes-Santos; Rios, 2009; Souza Neto; Viana, 2011).

No Sertão do Pajeú pernambucano, microrregião formada por 20 municípios, Serra Talhada se destaca por sua forte economia, sendo responsável por 31,4% do Produto Interno Bruto – PIB – da Região (Tavares Neto et al, 2008). A inexistência de dados oficiais tem impossibilitado o mapeamento preciso do fenômeno da ESCCA, tanto no município, como na região. Contudo, a grande movimentação de caminhões nos postos de gasolina, bem como a constante circulação de crianças e adolescentes nas rodovias, especialmente na BR 232, alerta para as possíveis situações de vulnerabilidade e risco (Koller, 2004).

A partir dessas premissas, este estudo objetiva identificar como os caminhoneiros que transitam, pernoitam ou se hospedam em Serra Talhada compreendem o fenômeno da ESCCA. Busca assim, detectar a percepção dos sujeitos investigados sobre tal fenômeno, refletir sobre suas concepções acerca da infância e adolescência, bem como identificar até que ponto os mesmos se reconhecem como participantes ativos da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em consonância com Moraes et al (2007), acreditamos que a população de caminhoneiros precisa ser mais bem estudada, a fim de favorecer uma compreensão mais ampla acerca do que eles pensam sobre a ESCCA, como também sobre os fatores ou motivos que favorecem seus engajamentos com o referido fenômeno.

Violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência contra crianças e adolescentes pode ser concebida como todo ato de maus-tratos, negligência ou omissão, praticada por outras pessoas, sejam estas os pais, responsáveis, parentes, pessoas próximas ou não da família, bem como instituições. Este ato pode causar danos físicos, sexuais, morais e/ou psicológicos às vítimas. Se, por um lado, este tipo de violência se configura como descumprimento do poder/dever legal de proteção por parte do adulto e da sociedade, por outro, caracteriza um processo de coisificação da infância. Processo pelo qual se nega o direito que crianças e adolescentes possuem de serem concebidos e tratados como sujeitos em condições especiais de desenvolvimento (Deslandes; Assis; Santos, 2005).

Para Nunes e Sales (2016), a violência se configura como fenômeno social e de saúde pública, com maior exacerbação quando acontece com crianças e adolescentes, provocando impactos no desenvolvimento e grande repercussão no comportamento na vida adulta. Ressalta-se, assim, que tão importante quanto quantificar as formas de violência que acometem estes sujeitos, é saber diferenciar qual e como cada gênero sofre com os maus-tratos, haja vista que a intervenção deverá se dar em respeito às particularidades de cada caso. Neste sentido, para se caracterizar o gênero prevalente nos casos de violência, faz-se necessário avaliar o tipo de violência perpetrada, considerando que a violência sexual tende a ser dirigida mais frequentemente às meninas e a física e a negligência, mais comumente dirigida aos meninos.

Segundo a OMS (2002), violência sexual é todo ato sexual não desejado, ou ações de comercialização e/ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção. Sofrida em maior prevalência pelas mulheres, trata-se de uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes. Para Delalibera, Franco e Franco (2017), por muito tempo a violência sexual contra as mulheres foi considerada prática habitual, justificada e aceita por diferentes sociedades. A permanência da diferença/desequilíbrio de poder entre homens e mulheres tem permitido a perpetuação da mesma enquanto fenômeno que demanda estudos e análises mais amplos.

Scott (1988; 1995) propõe que o conceito de gênero é fundamental para explicar como as diferenças são transformadas em desigualdades através de um processo histórico, político e relacional de dominação masculina sobre o feminino. Em sua concepção, o salto de uma discussão centrada na natureza para uma reflexão crítica sobre a política das relações permitiu o processo de desconstrução dos estereótipos e de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Assim, o construto gênero também passa a ser entendido como primevo na significação das relações de poder, sendo necessária sua redefinição e reestruturação de modo articulado a um senso de igualdade política e social que também abarca classe e raça.

Dentre as modalidades de violência, o abuso sexual revela-se uma das mais cruéis, afetando a dimensão física, moral e a autoestima das vítimas. Abuso sexual pode ser definido como todo e qualquer ato de sedução ou jogo sexual entre um adulto e uma criança/adolescente, podendo ou não haver contato físico e uso de força (Rios et al, 2009; Ungaretti, 2010). Segundo a OMS (1999), os maus-tratos sexuais devem ser entendidos como atividades de

caráter sexual, exercidas por uma pessoa mais velha contra uma criança ou adolescente, objetivando prazer sexual por parte do agressor. Inclui os *abusos sensoriais*, que abrangem a pornografia, o exibicionismo e a linguagem sexualizada; os *estímulos sexuais*, que podem envolver as carícias e toques nas genitálias e a masturbação; e o *ato sexual* propriamente dito, caracterizado pela realização, ou tentativa, de conjunção carnal (Souza Neto; Viana, 2015).

Já a exploração sexual, de natureza complexa e multifacetada, se configura como prática cruel e criminosa, capaz de provocar danos profundos no corpo e na alma das vítimas. Trata-se de um fenômeno mundial não associado, exclusivamente, à pobreza e/ou miséria, que afeta todas as classes sociais e está diretamente ligado a aspectos culturais, bem como, às questões de gênero, de faixa etárias, de raça e condição socioeconômica, cuja prática se faz comumente coligada às redes de exploração sexual em suas diferentes expressões (Souza Neto; Viana, 2015; Figueiredo; Bochi, 2010).

Tanto as situações de pobreza como a violência intra e extrafamiliar são frequentemente apontadas como fundamentais para que milhares de meninas e meninos se tornem mais expostos aos riscos da violência sexual e de outros tantos tipos de violação de direitos (Libório, 2005). Ainda que as mesmas não sejam, em si, determinantes para o ingresso de crianças ou adolescentes nas redes de exploração sexual comercial, é inegável suas configurações enquanto fatores de vulnerabilidade bastante significativos (Figueiredo; Bochi, 2010).

A participação dos caminhoneiros no fenômeno da ESCCA

No contexto da ESCCA, seja nas ruas dos grandes centros urbanos ou mesmo nas das pequenas cidades de Pernambuco, não raramente se constata a abordagem por parte de adultos, especialmente do sexo masculino, com propósitos sexuais, dirigidas a crianças e adolescentes. Se, na capital Recife, tais situações podem ser facilmente identificadas em pontos estratégicos (Souza Neto; Viana, 2015; Souza Neto, 2009), no Sertão do Pajeú, cenas similares são facilmente observadas nas estradas e rodovias e, em especial, nos postos de gasolina que servem, muitas vezes, como ponto de apoio e de concentração para caminhoneiros em viagem. Segundo Moraes et al (2007), os caminhoneiros se destacam como importantes personagens envolvidos no fenômeno da ESCCA, juntamente com os pais/responsáveis das crianças, policiais, taxistas e donos de boates.

Um estudo abrangendo o período de 2005 a 2010, promovido pela Childhood Brasil, revela o perfil do caminhoneiro brasileiro, destacando como seu envolvimento com a ESCCA tem se mostrado situacional, moldado por variáveis pessoais – que incluem as próprias crenças éticas, morais e religiosas –; contextuais – caracterizadas pela influência do grupo social –; e culturais – respaldadas pela naturalização da violência contra crianças e adolescentes. Os dados revelaram ainda significativo conhecimento dos caminhoneiros sobre o fenômeno, bem como a clara percepção dos mesmos acerca dos impactos da ESCCA sobre a saúde física e mental das crianças e adolescentes vitimadas.

A replicação do estudo junto a caminhoneiros de empresas privadas, no período de 2013/2014, evidenciou a recorrente utilização de argumentos de cunho moral, legal e pessoal, como principais motivos para o não envolvimento sexual com crianças e

adolescentes. Segundo os dados, para 95% dos participantes, a prostituição é uma prática comum nos postos de gasolina e nas estradas por onde circulam. Para 79,1%, é bastante comum verificar o envolvimento de meninos e meninas com menos de 18 anos nas práticas de prostituição nestes locais. Relativo à rede de proteção às crianças e adolescentes, os dados evidenciaram que os caminhoneiros possuíam conhecimentos específicos e gerais sobre as leis, equipamentos e serviços voltados à fiscalização e enfrentamento à ESCCA.

Dentre os principais equipamentos e serviços, foram destacados o Conselho Tutelar, o Disque 100, o Juizado da Infância e Adolescência, o ECA, os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS –, os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – e a Delegacia da Criança e do Adolescente (Cerqueira-Santos, 2010).

Desenho de pesquisa e demais questões metodológicas

O presente estudo parte de uma perspectiva qualitativa e se apresenta como estudo etnográfico, exploratório e descritivo. Tem como área de abrangência o Sertão do Pajeú, em Pernambuco, com foco na experiência de Serra Talhada, cidade-polo da região. A amostra do estudo consta de um contingente de 21 participantes, de sexo masculino, com idades entre 30 e 50 anos, que trabalham como caminhoneiros. No tocante ao método utilizado para coleta de dados, foi adotada a observação participante, a qual se deu em 02 postos de gasolina situados nas imediações da BR 232.

Quando da realização do campo, também foi aplicado aos participantes um questionário sociodemográfico, objetivando levantar o perfil da amostra, bem como as concepções dos mesmos sobre infância e adolescência, sobre os motivos implicados na inserção de crianças e adolescentes no universo da prostituição e sobre as razões favoráveis e contrárias ao engajamento sexual entre os caminhoneiros e as crianças e os adolescentes.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram observados os aspectos éticos, de acordo com as normas para estudos envolvendo seres humanos, considerando a capacidade e direito dos próprios participantes em conceder seu consentimento livre e esclarecido, mediante a apresentação de informações precisas e seguras sobre a investigação e seus objetivos, bem como a garantia do sigilo sobre suas identidades.

Resultados e discussão

A análise dos dados revelou que os integrantes da amostra do estudo se encontram na faixa etária dos 30 aos 50 anos de idade, são analfabetos funcionais, com nível de escolarização restrita ao Ensino Fundamental I incompleto, e atuam na função há mais de 05 anos.

O campo da pesquisa evidenciou que, de modo geral, os caminhoneiros viajavam sozinhos, porém, em algumas situações, registrava-se a companhia de esposas, companheiras e filhos. Durante a noite, era comum a formação de rodas de conversas que, em geral, envolviam bebidas alcoólicas. Muitos dormiam dentro dos próprios veículos, enquanto outros dormiam em redes armadas nas estruturas externas dos caminhões.

Alguns dos caminhoneiros tomavam banho, se arrumavam e saíam para conhecer a cidade, às vezes em duplas, em grupos ou sozinhos, e não pernoitavam no local. Nas estradas da região, identificou-se considerável fluxo de mulheres, paradas em pontos estratégicos ou caminhando pela BR 232 em direção a um dos postos de gasolina. Algumas delas pediam carona e embarcavam nos caminhões ainda na estrada. Quando questionados sobre o fato, alguns caminhoneiros afirmaram se tratar de prostitutas que atuavam diariamente na rodovia. Ressalta-se que, durante a pesquisa, não foi registrada a presença de crianças e adolescentes nos dois postos de gasolina, apesar de alguns participantes declararem que é bastante comum a oferta de serviços sexuais por parte de meninas novas, sem, contudo, definição clara de suas idades.

Quanto à concepção acerca da infância, destaca-se que, para a maioria dos caminhoneiros, tal estágio da vida é concebido como “período de inocência” ou de “desenvolvimento”. Para sua descrição, também foram utilizadas expressões como “sagrada” e “fase de obrigações”. Relativo aos principais motivos que acreditam contribuir para a inserção de crianças e adolescentes no universo da prostituição, mostrou-se recorrente entre os caminhoneiros o discurso de que “elas gostam de sexo e têm prazer com isso”, e que muitas estavam nessa situação devido ao “uso de drogas”, como destacado por Alencar, 31 anos, casado, católico.

Alguns dos participantes destacaram ainda a prostituição como resultado ou reflexo da condição de pobreza, salientando que, quanto mais pobre a região do país, mais barato se paga pelos serviços sexuais “oferecidos” por crianças e adolescentes. Outros, por sua vez, ressaltaram que os valores pagos pelas interações sexuais com crianças e adolescentes nas regiões Norte e Nordeste são inferiores aos valores pagos nas regiões Sul e Sudeste. De acordo com Marcos, 32 anos, solteiro, católico, o valor pago no Sertão do Pajeú, muitas vezes, “equivale ao preço de um almoço”.

A falta de educação e orientação por parte dos pais/responsáveis também foi apontada como fator decisivo para a inserção de crianças e adolescentes no comércio sexual. Para muitos dos caminhoneiros, as crianças e adolescentes, na maioria das vezes, “são exploradas ou obrigadas a se prostituir por alguém”, seja por membros da própria família ou por cafetinas, devido às “necessidades financeiras da família”, como sinalizado por Betinho, 33 anos, solteiro, evangélico.

Referente aos motivos pelos quais alguns homens adultos resolvem se relacionar sexualmente com crianças e adolescentes, muitos destacaram a busca por “maior excitação e prazer”, ressaltando que esse maior prazer estará, quase sempre, associado ao padrão de “beleza da juventude”, imposto, hegemonicamente, pela sociedade e pela mídia e, conseqüentemente, incorporado pelos sujeitos. Para Ferreira, 40 anos, sem religião, divorciado, a “menina nova dá mais tesão porque é mais gostosa”. Entre alguns caminhoneiros, a fantasia e a curiosidade foram sinalizadas como fatores motivadores para as interações sexuais com crianças e adolescentes, pelas quais alegaram se sentir mais poderosos e, deste modo, em certa medida, conseguiam reafirmar suas masculinidades e, assim, fortalecer a autoestima.

Outro fator que parece contribuir para a naturalização do envolvimento sexual com crianças e adolescentes entre os caminhoneiros parece se respaldar na tese da carência afetiva e das necessidades fisiológicas, argumentos recorrentes em seus discursos. A solidão imposta pelo trabalho, assim como a distância da família e da esposa ou companheira, aliadas à grande oferta de serviços sexuais e aos baixos preços cobrados, parecem se revelar como impulsionadores para que tais práticas sejam concebidas e/ou reconhecidas entre os sujeitos participantes como naturais e corriqueiras.

Por sua vez, dentre os motivos pelos quais alguns caminhoneiros se mostraram contrários a tal prática, destacam-se os princípios morais, os quais ocupam um lugar fundamental quando da referida negativa. Para a maioria, o envolvimento com crianças e adolescentes se justificaria pela “safadeza e pela falta de vergonha na cara por parte dos adultos”. Entre os caminhoneiros que afirmaram nunca ter se relacionado sexualmente com crianças e adolescentes, a principal justificativa consistiu no fato de “que é como se fossem nossas filhas e netas”, como destacado por Freire, 36 anos, casado, católico. Assim, a moralidade parece, muitas vezes, simbolicamente associada à concepção de respeito e de proteção à própria família do agressor.

Apesar do forte apelo moral, muitos deles também revelaram preocupação com doenças sexualmente transmissíveis, parecendo reafirmar uma conduta comportamental fortemente marcada pela manutenção da própria saúde e da família. Segundo Sergio, 31 anos, católico, casado, “muitos dos caminhoneiros nunca ficaram com essas meninas somente por medo das doenças venéreas”. Para outros, como Pedro, 44 anos, evangélico, casado, “existe alto índice de doenças nesse meio”, o que justificaria o fato de “nunca ter saído com essa gurizada que se oferece nos postos de gasolina”.

A questão legal, bem como suas implicações, também figura como fatores inibidores à prática da ESCCA. Entre os caminhoneiros, evidencia-se grande preocupação em evitar problemas com a justiça. Para muitos, é bastante claro que a interação sexual com crianças e adolescentes “dá problema, encrenca e cadeia”. Para outros, tal prática “é problema na certa”, ou mais popularmente, “chave de cadeia”, e “porque a gente tem medo de ser pego”, como destaca Carlos, 37 anos, solteiro, sem religião.

Entre os entrevistados, a polícia tem uma representação bastante negativa, constantemente descrita como corrupta. Para muitos, existe, inclusive, uma “associação direta de policiais com as meninas que se prostituem”. Em seus discursos, foi destacado que, em algumas situações, “os policiais arrumam os flagrantes quando os caminhoneiros estão com as meninas, para extorquir dinheiro”, como evidenciado por João, 29 anos, solteiro, católico.

Os discursos salientam ainda que o fenômeno da ESCCA envolve muitos outros atores, além das vítimas e dos agressores diretos – os clientes. Nesse sentido, Carlos, 39 anos, casado, sem religião, relata que uma única vez se envolveu com “uma dessas garotas que se prostituía”, contudo, “a experiência foi sem graça porque fiquei preocupado com a polícia”. Na concepção dos caminhoneiros, a polícia figura muito mais como representação direta de perigo e corrupção do que como agente ou serviço destinado à prevenção e ao enfrentamento da ESCCA. Assim, de modo geral, entre muitos dos participantes, a

recusa ou reprovação a tal prática parece muito mais relacionada ao medo da extorsão e das implicações legais do que resultante de um necessário e adequado processo de esclarecimento e conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes.

Considerações

No Sertão do Pajeú, a ESCCA ainda é tema pouco explorado pela academia científica e políticas públicas. As redes de exploração sexual parecem consolidadas no interior pernambucano, vitimando milhares de crianças e adolescentes inseridos no mercado sexual, devido, especialmente, a questões inerentes à vulnerabilidade socioeconômica das famílias. Os caminhoneiros têm se destacado como importantes atores, frequentes consumidores dos serviços sexuais oferecidos nas estradas e rodovias que cortam o Brasil. Apesar de majoritariamente conceberem a infância como período de desenvolvimento, contraditoriamente, afirmam acreditar que as crianças e adolescentes vitimadas gostam ou sentem prazer durante as interações sexuais com adultos. Para muitos, a situação socioeconômica das famílias é a principal justificativa para suas inserções no mercado do sexo.

Por sua vez, entre os caminhoneiros, em sua maioria homens adultos que viajam sozinhos, o argumento das necessidades fisiológicas, a grande oferta de serviços sexuais nas estradas e os baixos valores cobrados figuram entre os argumentos discursivos recorrentes. Os dados evidenciam que, de modo geral, a recusa e reprovação à prática da ESCCA entre os caminhoneiros estão muito mais associadas ao medo da polícia, às possíveis implicações legais e aos riscos de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis do que ao adequado e necessário processo de educação e conscientização acerca dos direitos das crianças e adolescentes.

Acreditamos que a relevância deste estudo está fundada na importância de refletir sobre como os caminhoneiros compreendem o fenômeno da ESCCA, favorecendo análises futuras sobre o fato de os mesmos se reconhecerem ou não como participantes ativos da violência sexual contra crianças e adolescentes. Destacamos a urgência na implementação de programas de educação dirigidos aos caminhoneiros da região, em direta articulação com os órgãos governamentais e sociedade civil, como forma de garantir os direitos das crianças e adolescentes no Sertão pernambucano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.
- CEGATTI, A. C. Violência Sexual e Desigualdade de Gênero: implicações da cultura política brasileira e argentina. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política, 9., 2017, Montevideu. **Democracias en Recesión?** Disponível em <<http://plataforma9.com/congressos/9-congresso-latino-americano-de-ciencia-politica.htm>>
- CERQUEIRA-SANTOS, E.; SOUSA, D. A. O papel dos caminhoneiros na perpetração da exploração sexual de crianças e adolescentes. **Rev. Psicol. Saúde**, v. 7, n. 2, p. 168-176, dez. 2015.
- CERQUEIRA-SANTOS, E. et. al. **O perfil do caminhoneiro no Brasil**. Brasil: Childhood Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/perfil_do_caminhoneiro_2010.pdf>
- CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não clientes do comércio sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, p. 446-454, 2008.
- CHILDHOOD BRASIL. **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras (2013-2014)**. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Mapeamento_2013_2014.pdf>
- DAVIDSON, J. C.; TAYLOR, J. S. **Child prostitution and sex tourism – Venezuela**. Relatório de pesquisa para o World Congress against the Commercial Sexual Exploitation of Children da Unicef, 1996.
- DESLANDES, S.F.; ASSIS, S. G.; SANTOS, N.C. Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: Ministério da Saúde (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. p. 43-77.
- DELALIBERA, C. G.; FRANCO, V. F.; FRANCO, G. M. Violência sexual contra a mulher brasileira. **Revista Científica Escola Estadual Saúde Pública Cândido Santiago (RESAP)**. v. 3, n. 2, p. 111-126, 2017.
- ECPAT INTERNATIONAL. **Relatório de monitoramento de país sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA), Brasil**. 2. ed., Brasil: ECPAT International, 2014. Disponível em: <www.ecpat.net>
- FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FIGUEIREDO, K.; BOCHI, S. B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo**. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 2010.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- LEAL, M. L. P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final - Brasil)**. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 1999.

LEAL, M. L. P. **Redes de informação e pesquisa para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Summus, 1999.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e Adolescente: direito, sexualidade e reprodução**. São Paulo: ABMP/WCF, 2010.

LIBORIO, R. M. C. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 263-272, 2005.

KOLLER, S. et al. **O perfil do caminhoneiro no Brasil**. Brasil: Instituto WCF Brasil, 2004.

MENEZES-SANTOS, J. A.; RIOS, L. F. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MOARAIS, N. A. de et al. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 263-272, jul./set. 2007.

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.

OMS. **Relatório mundial de saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 1999.

RIOS, L. F. et al. **O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no sertão do Araripe Pernambucano**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de G. L. Louro. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995 (Original publicado em 1988).

SILVEIRA, R. S.; Nardi, H. C.; Spindler, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 323-334, mai./ago., 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309331732009>>

SOUZA NETO E. N.; VIANA, N. J. Q. A invisibilidade do masculino: reflexões sobre o lugar dos meninos nos estudos brasileiros sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. **RESAC**, v. 3, 2015.

SOUZA NETO, E. N.; VIANA, N. J. Q. **Histórias de menino** – panorama da exploração sexual de meninos no estado de Pernambuco. 1. ed. Recife, 2011.

SOUZA NETO, E. N. **Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA NETO, E. N. Os pequenos boys de programa: notas etnográficas sobre meninos em situação de exploração sexual. In: MENEZES-SANTOS, J. A.; RIOS, L. F. (Org.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

TAVARES NETO, A. C. et al. **Sertão do Pajeú: uma Breve História**. Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste>>

UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), 2010.

UNICEF. **Crianças em um mundo urbano**: situação mundial da infância 2012. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF), 2012

VIANA, N. J. Q. **“É tudo psicológico... dinheiro... pruuu e fica logo duro!”** – desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

Resumo

Este artigo busca compreender os fatores envolvidos no fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes – ESCCA – a partir da percepção de caminhoneiros que cruzam as estradas e rodovias do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. O grupo de amostragem foi composto por 21 caminhoneiros que utilizam os postos de gasolina instalados próximos à BR 232, no município de Serra Talhada, como ponto de apoio e local de pernoite. A desigualdade social, a cultura adultocêntrica e as relações de gênero figuram como importantes fatores que parecem contribuir para o processo de naturalização do fenômeno entre os sujeitos investigados. Apesar de conceberem criança e adolescente como sujeitos em desenvolvimento, entre muitos caminhoneiros, a recusa ou reprovação à prática da ESCCA está mais associada ao medo das implicações legais do que ao necessário e adequado processo de esclarecimento e conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes.

Palavras-chaves: ESCCA, caminhoneiros, criança e adolescente.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/07/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 04/01/2018



Marjorie Thaynnan Pereira da Silva

Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada – Pernambuco, Brasil.

E-mail: marjorie.taai@gmail.com



Eptácio Nunes de Souza Neto

Doutorando em Psicologia pela Universidad del Salvador (USAL), Buenos Aires – Argentina. Doutorando em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professor na Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada – Pernambuco, Brasil.

E-mail: ensouzaneto@gmail.com



Normando José Queiroz Viana

Doutor em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professor Adjunto de Psicologia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Brasil.

E-mail: normando.viana@unifesspa.edu.br



IMAGEM: Pxhere

Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes

Daniele Jesus Negreiros

Isadora Dias Gomes

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Verônica Morais Ximenes

Introdução

Os estudos sobre juventudes têm tomado fôlego na Psicologia nas últimas décadas e convergido com perspectivas apresentadas por áreas correlatas nas Ciências Humanas e Sociais, notadamente, por se tratar de um tema interdisciplinar. Entre os autores nacionais, as discussões giram em torno da necessidade de tratar a juventude de maneira plural, especialmente considerando a realidade abrangente e a diversidade cultural de um país de dimensões continentais como o Brasil. Contudo, é comum a vinculação do tema juventude a categorias como vulnerabilidade e risco, que expressam o direcionamento das escolhas sobre o viés teórico-metodológico e sobre o público que protagoniza esses estudos.

Em levantamento das produções de artigos científicos na base de dados do Portal de Periódicos CAPES, entre os anos 2000 até 2015, a partir de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 17 artigos usando o descritor conjugado “juventude e vulnerabilidade” e 26 artigos usando “juventude e risco”. Nessas publicações, não foram incluídos livros, teses e dissertações, o que tornaria esses números mais expressivos. Essa prevalência de conjugação dessas temáticas revela tanto o olhar mais sensível do pesquisador para segmentos da população juvenil submetidos a condições de vida socialmente vulneráveis, quanto levanta um alerta para a possibilidade de uma tendência à naturalização da associação direta entre juventude, risco e vulnerabilidade, mesmo que se fale de juventudes (no plural) e se tenha clareza sobre a diversidade dos contextos culturais em que vivem os jovens pobres do país.

Essa associação entre juventude e risco não é recente. Abramo (1997) já apontava que, mesmo havendo um apelo social à valorização da juventude, os jovens eram vistos, ao longo das décadas de 1950 a 1990, como parte essencial dos problemas sociais, sendo ressaltadas com maior frequência características como rebeldia, periculosidade e tendência à contravenção. Damasceno (2001) e Peralva (2007) também alertam sobre as considerações de parte dos teóricos em Sociologia, que percebem a juventude como sendo um segmento social caracterizado pelas condutas desviantes de um padrão normativo.

É necessário verificar que, na construção das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil – Projeto Agente Jovem, Projovem, Programa Nacional para o Primeiro Emprego (PNPE) e outros (Brasil, 2006) –, prevalecem como beneficiários os jovens em situação de desvantagem social e as ações têm subjacente a intenção de controle social desse segmento, o que reflete a ideia geral de associação entre juventude pobre e práticas desviantes. Tal predominância ainda presente contribui para compreendermos a atualidade do uso das categorias “risco” e “vulnerabilidade” nos discursos acadêmicos a respeito da juventude, mas não é suficiente para indicar convergências, limites e consequências dessa utilização.

Consideramos importante o aprofundamento conceitual, inclusive com a preocupação de observar atentamente os efeitos de linguagem produzidos pelo uso banalizado de terminologias genéricas. Nesse sentido, buscamos, com esse artigo, levantar alguns pontos de convergência e de distanciamento entre as categorias “risco” e

“vulnerabilidade” nos estudos sobre juventudes, não admitindo como natural essa relação, mas buscando problematizá-la, compreendendo seu movimento histórico. Para tanto, fizemos um levantamento bibliográfico de artigos para subsidiar uma discussão conceitual da categoria “juventude” em associação às categorias “vulnerabilidade” e “risco” e os seus efeitos sobre as investigações e práticas psicológicas e sociais.

Apontamentos sobre as conceituações de juventude

As abordagens mais recentes sobre juventude, com as quais dialogamos, contestam ideias tradicionais que, a partir de uma visão universalizante e desenvolvimentista, atribuem características comuns aos indivíduos nas várias etapas da vida. Ao contrário, compreendemos esses termos como construtos concebidos em função dos parâmetros culturais de inserção dos indivíduos, compartilhando das discussões que acentuam a pluralidade de vivências possíveis das pessoas em qualquer faixa de idade, não sendo diferente para os identificados como jovens. Ademais, como há diferentes formas de considerar os jovens, também há diferentes maneiras deles se afirmarem como sujeitos, inclusive em razão das distintas organizações sociais de referência que convivem e interagem (Castro; Abramovay, 2005).

Se considerarmos os documentos legais sobre adolescência e juventude, vemos que mesmo esses não apresentam definições unificadas sobre a época da vida definida por esses termos. Para a Organização Mundial de Saúde (Organización Mundial de la Salud, 2016), adolescente é o indivíduo que se encontra entre os 10 e 19 anos, já para o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Brasil, 1990), os adolescentes têm entre 12 e 18 anos, a mesma faixa etária adotada pelo Fundo das Nações Unidas. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999) não especifica a adolescência, mas situa a juventude entre os 15 e os 24 anos de idade, e o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) torna mais extensa essa faixa, indo de 15 a 29 anos. Da mesma forma, em termos conceituais, torna-se difícil conseguir um significado unívoco sobre quem são os jovens e o que representa a juventude. Para se construir um senso de juventude que contemple não somente um olhar biológico, mas também social, histórico, político e cultural (Silva; Ojeda, 2014), faz-se necessária também uma atitude política que assim a conceba.

Silva e Ojeda (2014) comentam que as divisões entre as idades são arbitrárias e variam nas diversas sociedades, além de constituírem objeto de disputa, interesses e manipulações. As diferenças entre as juventudes se apresentam também pelas diversas condições de vida e de interações estabelecidas. Assim, adolescência e juventude são construções culturais produzidas nas práticas sociais em tempos históricos determinados, manifestando-se de formas diferentes e nem sequer existindo como conceitos em algumas culturas. Porém, se vistas a partir de pressupostos desenvolvimentistas, acabamos por criar comportamentos prefixados e territórios específicos e limitados para o jovem, estabelecendo uma identidade que o aprisiona.

Na busca pelo não aprisionamento, autoras como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) subverteram o conceito de adolescência, escolhendo o conceito de juventude, nascido da sociologia, por não estar submetido completamente à homogeneização capitalista

como o signo adolescência. Uma década mais tarde, após a promulgação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) e acompanhando a história da nossa sociedade, Nascimento e Coimbra (2015) retomam suas ideias e reafirmam que o caminho da multiplicidade e da diferença passa pelo contínuo questionamento dos valores, indicando a necessidade de transvaloração do conceito de juventude, entendido como já capturado e naturalizado.

Subverter ou transvalorar a noção de adolescência e de juventude é uma ação política importante nesse momento histórico, em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar questões sociais e em psiquiatrizar e criminalizar os ditos desvios das normas impostas.

Adotando por fundamento a perspectiva da Teoria Histórico Cultural, consideramos a concretude da construção sociocultural dos significados, com o entendimento de que os mesmos são absolutamente fluidos e passíveis de reconstrução. Nosso pressuposto é de que o jovem não o é “por natureza”. Como parceiro social, está aí, com suas características que são interpretadas nas relações. Com base nas significações sociais, os jovens têm então a referência para a construção de sua identidade e os elementos para se constituir subjetivamente.

Recorrendo às discussões mais atuais, o foco da análise toma um novo rumo e passa a incluir no debate a relação dos jovens com as outras gerações. Ou seja, o olhar sobre as diferentes etapas da vida adquire outra perspectiva ao serem percebidas em confronto com outras, nos embates entre jovens e velhos, como propõe Castro (2006, p. 250) que acrescenta:

Ao problematizarmos as mudanças do indivíduo ao longo do percurso biográfico podemos iluminar seu dinamismo voltando-se para os valores e as formas de agir que contingenciam cada época; para como se desenham os embates entre o que é conhecido e legitimado e os eventos que despontam ainda sem tradução e sem inteligibilidade.

Assim, a noção de desenvolvimento, em Psicologia, também pode superar a linearidade do tempo do crescimento biológico individual para focar tais questões no sentido de “sucessão de gerações” (Castro, 2006) e de diálogo entre gerações. Isto é, o desenvolvimento pode ser estudado na perspectiva das relações, do enfrentamento de crises (Vygotsky, 1996), que se apresentam no confronto alteritário e constitutivo da construção subjetiva; que se realiza no cotidiano encontro entre crianças, jovens, adultos e velhos presentes em todas as culturas, porém, diversos e particulares em cada uma delas.

Esta concepção amplia e traz uma melhor compreensão sobre o significado de utilizar o termo “juventudes” (no plural), pois, ainda que por si não seja suficiente para superar a tendência homogeneizante, demarca a busca por entender seus diferentes modos de ser, de pensar e de agir, pondo em questão a naturalização de uma associação direta entre as três categorias: juventude, vulnerabilidade e risco, em pauta neste texto.

Vulnerabilidade e risco: convergências conceituais no estudo da juventude

Buscamos, então, as principais bases teóricas que dão subsídios à aproximação entre as categorias “risco” e “vulnerabilidade” com os estudos sobre juventude e, a seguir, apresentamos um panorama das produções nacionais no novo milênio sobre juventude, analisando que elementos fundamentam os argumentos sobre a vinculação dessas categorias conceituais.

A partir do século XVI, nas línguas indo-europeias, quando já se concebia a relação com o tempo futuro e a possibilidade de controlá-lo, surge o termo “risco” (Spink et al., 2008). Já em um uso mais contemporâneo, Beck (2010) defende o advento de um modelo social que se apresenta como resultado do trânsito da sociedade de classes para a sociedade de risco. Para Spink (2001), este trânsito também teria relação com mudanças históricas na maneira de se relacionar com o tempo futuro – entre um futuro baseado na solidariedade a um futuro baseado na gestão dos riscos.

Risco, portanto, é um termo polissêmico e com variados usos históricos. A percepção do risco pode ter tanto uma base científica – a partir do conhecimento empírico de que algo pode trazer uma consequência não desejável –, como pode revelar um aspecto imprevisível, por exemplo, a percepção de que algo seja arriscado justamente por não se ter conhecimentos aprofundados a respeito do fenômeno. Assim, é possível perceber que nem sempre o risco é concebido como tal por ser calculável ou previsível, mas sempre está relacionado com um não-evento capaz de mobilizar uma ação.

Três tradições discursivas sobre risco são sintetizadas por Spink et al. (2008), que as nomearam de risco-perigo, risco-probabilidade e risco-aventura. A primeira tradição está relacionada à ideia cotidiana de estar em perigo ou “arriscar-se”, que se traduz na linguagem psicológica por “comportamento de risco” (Pontes, 2011), temática que se aproxima do conceito cultural de juventude, já que o simples fato de ser jovem, na nossa cultura, é visto como uma condição de risco.

A segunda tradição está relacionada à ideia de controle, quando já se calcula probabilisticamente as chances de que um determinado evento aconteça de determinada maneira. Também aqui a juventude se coloca como alvo, pelo seu entendimento comum marcado por crises de identidade e instabilidade, vulnerável ao risco.

Já a terceira vê o risco em um aspecto positivo, um risco desejado, que causa satisfação pessoal (Spink et al., 2008). Aqui, a juventude toma a dimensão de protagonista com seu comportamento aberto à aventura e à disposição para se arriscar.

Com relação à categoria “vulnerabilidade”, o que concentra olhares são as estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades (Castro; Abramovay, 2005). Assim, por um lado, podemos falar de vulnerabilidade tendo por referência a

noção de risco, especificamente na tradição discursiva do risco-perigo. Neste caso, o jovem aparece com sua experiência de protagonizar cenas da violência urbana e envolvimento em condutas infratoras. Vulnerabilidade indicaria uma situação em que há perigo, seja ele relacionado à integridade física, moral, social, econômica, psicológica etc. O outro ponto abordado nas discussões sobre este tema refere-se à vulnerabilidade social, com ênfase nas condições precárias de suportes de assistência social, envolvendo a omissão do Estado, a pouca efetividade e desarticulação das políticas públicas em todas as áreas.

O conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que o local de moradia e a qualidade de vida inapropriadas da família podem ser fatores de obstáculo na realização dos projetos pessoais do jovem, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos à sua trajetória (Correa; Souza, 2011). A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e a falta de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (Abramovay et al., 2002).

Porém, há que considerar outro olhar que se lança sobre o tema da vulnerabilidade e propõe uma teorização “positivada” a respeito. Castro e Abramovay (2005) trazem a pertinência da combinação de enfoques em políticas públicas relacionadas a juventudes com a participação dos próprios jovens, por vetores que não se confundam com clientelismo ou manipulação política, mas se equacionam com acessibilidade a distintos recursos, inclusive o de fazer e de mudar o fazer política. Trata-se do que podemos chamar de “vulnerabilidades positivas”, que traz para o debate o enfoque da positividade e não de risco-perigo ao tratar de vulnerabilidade social.

Essa perspectiva se vincula à proposta do risco-aventura, como um risco ativo, em que a pessoa é capaz de submeter-se a grandes desafios pela “adrenalina”, com alta dosagem de emoções, segundo Spink et al. (2008). Apesar de se colocar no limite entre a vida e a morte, por exemplo, para jovens que praticam esportes radicais ou atos infracionais, o perigo é o próprio motor para a ação e amplia a discussão sobre uma “vulnerabilidade positiva”, quando se aprende pelo vivido a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo. É quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de “um poder simbólico de subversão” (Bourdieu, 2001, p. 15) e podem ser consideradas, desde a perspectiva de Abramo (1997), como sendo característica cultural positiva das juventudes.

O caminho para a análise da articulação entre as três categorias

Realizamos um levantamento das produções científicas nacionais em Psicologia, no período de 2000 a 2015, no Portal de Periódicos CAPES, cujos artigos analisados estão apresentados abaixo nas Tabelas 1 e 2. Embora tenhamos especificado esse período, só

identificamos artigos a partir de 2005. Utilizamos os descritores combinados “juventude e risco” e “juventude e vulnerabilidade” e relacionamos todos os que apareceram conforme os critérios de inclusão: ano de publicação, exclusivamente artigos de periódicos nacionais e em português.

Tabela 1. QUADRO SÍNTESE | DESCRITORES: Juventude e Vulnerabilidade

	Tema	Público da Pesquisa	Ano	Autores
1	Exploração Sexual e saúde	Jovens em situação de rua	2006	BELLEZZANI, R.; MALFITANO, A. P. S.
2	Experiência Sexual	Revisão da literatura	2006	VILLELA, W. V.; DORETO, D. T.
3	Acolhimento e cuidado entre pares	Jovens abrigados	2006	CALAZANS, G.
4	Vida na rua Maternidade-Paternidade	Jovens em situação de rua	2007	GONTIJO, D. T.
5	Violência e Cidadania	Jovens pobres	2008	LOPES, R. E. et al.
6	Violência e gênero	Jovens de segmentos populares	2009	NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.
7	Acolhimento Familiar	Discussão conceitual	2009	COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.
8	Métodos Contraceptivos	Jovens de classes populares	2009	ALVES, C. A.; BRANDÃO, E. R.
9	Homicídio de jovens	Análise documental	2010	LOLIS, D.
10	Juventude e Trabalho	Jovens vulneráveis	2011	RIBEIRO, M. A..
11	Direito de Crianças e adolescentes e Orçamento	Análise documental	2011	TELLES, T. S.; SUGUIHIRO, V. L. T.; BARROS, M. N. R..
12	Rede de apoio e resiliência	Jovens de escola pública	2012	GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. R.
13	DST – Gênero	Discussão conceitual	2012	BAPTISTA, C. J. et al. .
14	Homoerotismo e DST/ AIDS	Adolescente em situação vulnerável	2013	MORA, C. M.; MONTEIRO, S.
15	Orientação Profissional. e perspectiva de futuro	Jovens do Programa 1º Emprego	2014	VERIGUINE, N. R.; BASSO, C.; SOARES, D. H. P.
16	Vulnerabilidade e saúde do adolescente	Jovens de escola pública	2014	SILVA, M. A. L. et al.
17	Apoio Social e Saúde pelo Teatro	Jovens de um grupo teatral	2015	DIBA, D.; D’OLIVEIRA, A. F.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Tabela 2. QUADRO SÍNTESE | DESCRITORES: Juventude e Risco

	Tema	Público da Pesquisa	Ano	Autores
1	Sentido de risco	Ensaio teórico	2005	MENDOLA, S. L.
2	Identidade sob risco	Discussão conceitual	2007	CASTIEL. L. D.
3	Rede de apoio, fatores de risco e proteção	Jovens de escola pública	2008	AMPARO, D. M. et al.
4	Infância e juventude em situação de risco	Análise documental	2008	DONOVAN, P. et al.
5	Socialização sexual da Juventude	Religiosos	2008	RIOS, L. F. et al.
6	Juventude, midiatização e nomadismo	Jovens das metrópoles	2008	BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M. .
7	Discurso sobre juventude e práticas psicológicas	Discussão conceitual	2008	GONZALES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. F.
8	Visibilidade e invisibilidade do grafitismo	Jovens grafiteiros	2009	CAMPOS. R.
9	Autoconceito e consumo de álcool	Jovens	2009	VASCONCELOS - RAPOSO, J. et al.
10	Condição juvenil contemporânea	Ensaio teórico	2010	KRAUSKOPF, D. A.
11	Política pública e saúde	Análise documental	2010	HORTA, N. C.; SENA, R. R.
12	Impulso para consumo	Jovens universitários	2011	LINS, S. L. B.; PEREIRA, R. C. F.
13	Jovens empreendedores	Jovens de níveis econômicos diferentes	2011	BULGACOV, M. L. Y. et al.
14	Educação e saúde	Jovens em situação de risco	2012	GUIMARÃES, J. S; LIMA, I. M. S.
15	Violência sexual	Jovens de escola pública	2012	PALUDO, S. S; DEI SCHIRÒ, E. D. B.
16	Uso de droga e comportamento antissocial	Jovens de escola pública	2012	NARDI; F. L. et al.
17	Uso de sites e redes sociais	Adolescentes nas redes sociais	2012	LIVINGSTONE, S.
18	Apoio familiar e gravidez na adolescência	Adolescentes das camadas populares	2012	DEI SCHIRO, E. D. B. et al.
19	Adolescentes em conflito com a lei	Adolescentes da LAC	2013	SIQUEIRA, L. A. R.; TAVARES G. M.
20	Policionalização das políticas públicas	Jovens em situação de vulnerabilidade	2014	GUSSO, R. B.
21	Integração Social pelo Rap	Análise documental – músicas	2015	SOUSA, R. L.; CARDOSO. A. G.; LEÃO, M. A.
22	Violência doméstica e saúde mental	Adolescentes acompanhados por serviços de referência	2015	HILDEBRAND, N. A. et al.
23	Relação sexual e fatores associados	Jovens em situação econômica precária	2015	SASAKI, R. S. A. et al. .

24	Expectativa de futuro na adolescência	Jovens de níveis econômicos diferentes	2015	DUTRA-THOME, L. et al.
25	Proteção aos direitos da infância	Análise documental	2012	PAULI, D. B.; GARMENDIA, N.; MARÍA, L.
26	Política pública para juventude	Auxiliares da juventude	2010	ANDRADE, E.; BOGUS, C. A.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Com base nesse levantamento, podemos avaliar que a relação entre as três categorias está concentrada na perspectiva do risco-perigo, associado a vulnerabilidades sociais em que estão imersos os jovens, mas não todos. As lentes dos pesquisadores se dirigem para os jovens pobres, de certa forma, homogeneizando-os, no sentido de que são vistos como sujeitos aos efeitos das vulnerabilidades sociais, que os colocam em risco. Como tal, devem ser submetidos a ações e políticas que previnam e ou controlem os desvios previstos em sua conduta, assim como os tornem objetos dessas ações para conduzi-los ao mercado de trabalho e à condição adulta como mantenedor da sociedade vigente. Esse controle incide sobre o corpo, sobre a sexualidade, afetos e interações sociais desses jovens.

Para entender o que estamos dizendo, basta verificar que, tanto nos artigos encontrados usando os descritores “juventude e risco”, como “juventude e vulnerabilidade”, os temas que aparecem em maior quantidade são ligados às seguintes problemáticas: sexualidade, seja sobre a vivência do jovem, seja sobre os riscos a que estão expostos (violência sexual, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez); práticas desviantes (jovens em conflito com a lei, drogas); fenômeno da violência, tanto aquela que os jovens praticam como as de que são vítimas, em especial a violência física, que ocorre tanto no espaço familiar quanto em sua vivência nas ruas e nas instituições que frequentam.

Dos 44 artigos analisados nas duas conjugações de categorias (juventude e vulnerabilidade; juventude e risco), 13 deles se distribuem entre ensaio teórico, análise documental e pesquisa teórica. Dos 31 restantes, que envolvem a participação de jovens, apenas um deles se refere a jovens das classes mais abastadas, ao abordar consumo entre universitários. Outros cinco incluem jovens de classes sociais variadas e tratam de temas relativos ao empreendedorismo e expectativa de futuro, à exposição de conteúdos na internet por jovens, à mobilidade urbana, ao autoconceito e consumo de álcool, à religião e à orientação sexual. Todos os demais, ou seja, 25 deles, se referem a jovens das camadas populares e relacionam as categorias analisadas à pobreza, ao comportamento de risco, à exclusão social e à violência.

Observamos que há uma diversidade maior no caso da conjugação “juventude e risco”, na medida em que aparecem ensaios teóricos e discussões conceituais sobre temas abrangentes, tais como sentido de risco, condição juvenil, resiliência e identidade, por exemplo. Além de que os jovens participantes dos estudos empíricos, nesse caso, também são de grupos sociais distintos. Apesar disso, os jovens das camadas populares,

dentre eles, jovens de escolas públicas, de programas sociais ou identificados como em situação de rua ou em risco, ainda foram os protagonistas da maioria dos estudos relatados nesses artigos.

Outros segmentos juvenis como indígenas, jovens do campo, de assentamentos rurais ou que apresentam deficiência (surdos, cegos, deficientes físicos e mentais), para apontar alguns, entretanto, não apareceram nos relatos de pesquisa ou relatos de experiência dos artigos analisados. O que isso pode indicar? Que são apenas os pobres que estão em situação de vulnerabilidade social e em risco? A explicação estaria na prioridade de escolhas dos pesquisadores por jovens das camadas populares?

Com este panorama, entendemos que, nos entrelaçamentos entre risco e vulnerabilidade, está clara a vinculação dos efeitos da classe social na vivência de risco, em especial o chamado risco-perigo (Spink et al., 2008). Mesmo que o risco, na sociedade de controle, seja considerado atingindo a todos, sem distinção de classes, a tendência da vinculação a uma determinada camada social fica evidente e, assim expressa Beck (2010, p. 49): “Existe uma sistemática ‘força de atração’ entre pobreza extrema e riscos extremos”.

Quanto aos artigos em que o tema “juventude” se liga ao de vulnerabilidade, a única exceção em relação aos participantes, quase exclusivamente das camadas populares, refere-se a jovens de um grupo de teatro. Os temas todos abordam a vulnerabilidade em sua negatividade e vinculam aspectos que já destacamos como risco-perigo, precariedade de vida e ou de trabalho, violação de direitos e políticas públicas para jovens das camadas populares.

É importante esclarecer que o levantamento se restringiu ao Portal de Periódicos CAPES que, apesar de sua abrangência representativa, não esgota todos os periódicos, e também, como já referimos, não incluímos livros, capítulos, teses e dissertações. Portanto, não fizemos uma busca exaustiva, mas um levantamento panorâmico. Também não se trata de uma análise avaliativa da qualidade dos estudos ou dos artigos, até porque o fato de estarem publicados já garante o mérito de todos. Nosso propósito foi trazer elementos concretos para subsidiar a discussão acerca de uma possível tendência naturalizante e homogeneizadora sobre os jovens brasileiros, particularmente, dos segmentos desfavorecidos socioeconomicamente, quando se percebe esse direcionamento nos estudos sobre esse público.

Elementos para reflexão

O conceito de risco nas Ciências Humanas e Sociais assume um viés em que os jovens são logo pensados como os atores sociais neste assunto, considerando, inclusive, as três tradições discursivas sobre o risco, elaboradas por Spink (2011). Encontramos na literatura a aproximação entre essas três categorias – juventude, vulnerabilidade e risco –, que pode levar a um caminho de pensá-las como interdependentes e determinantes entre si.

Retomando o objetivo principal da nossa discussão neste artigo – problematizar uma possível visão naturalizada da relação juventude, vulnerabilidade e risco –, percebemos, nas pesquisas que abordam juventude, a tendência a se falar de vulnerabilidade social associada a condições precárias em termos econômicos e de suporte de políticas públicas e, frente a tal vulnerabilidade, os jovens se encontrariam em risco. Nesse entendimento, o olhar se volta para uma juventude específica, homogeneizando-a e a percebendo como problemática. Ou seja, fazer uma associação direta dessas três categorias tende a ratificar a visão de jovens das camadas populares como problema social e desvia o debate sobre suas condições de vida e sobre a violação de direitos da qual são vítimas cotidianamente. Neste sentido, a não intervenção do Estado, a violência pelo preconceito e a naturalização da exclusão social, chegando inclusive à subtração da própria vida desses jovens, encontra justificativa e aceitação popular.

Partimos de pressupostos que sustentam a construção histórica e cultural de todos nós humanos, portanto, entendemos que, ao falar de juventudes, não estamos traduzindo uma ideia ou concepção unificada ou generalizada, muito menos vislumbrando homogeneidade nos personagens reais que habitam esse conceito. Por esse pensamento, também compreendemos que os conceitos de vulnerabilidade social e risco não detêm uma relação de interdependência com o signo “juventudes”. São múltiplas as experiências, os sentidos dados a elas e as circunstâncias em que ocorrem as interações humanas. Por conseguinte, são singulares os jovens, ao mesmo tempo em que fazem parte de coletivos culturais que os caracterizam e identificam.

Em síntese, nosso alerta neste texto é para evitarmos uma unanimidade e vinculação reificada ao tratar dessas três categorias, especialmente para não cairmos no equívoco de usarmos o termo “juventudes”, falando da pluralidade que representa a descrição do que seja “ser jovem” nos diferentes tempos e lugares, sem nos atentarmos para associações simplistas que estabelecemos entre conceitos distintos.

Esta questão também aparece ao adentrarmos o campo das práticas sociais e do estabelecimento de políticas de juventudes. Temos de orientar nossas lentes para a transversalidade entre as políticas sociais, pela consideração à diferença, o que também identifica outros grupos específicos da população – crianças, mulheres, grupos étnicos, terceira idade e imigrantes, entre outros. Tal orientação pede nova formatação de políticas e pode ter repercussões relevantes.

Também, nessa perspectiva geracional-juvenil, as políticas públicas para as juventudes precisam ser repensadas em novos parâmetros que evoquem autonomia e participação juvenil. Parâmetros que levem em consideração os diversificados contextos macro e microsociais, a rede de proteção pessoal e social, entre outros elementos que são específicos aos jovens e que tenham por objetivo, como já proposto pela UNESCO (2004), articular políticas específicas como parte de um conjunto de políticas públicas gerais.

Alguns questionamentos suscitados por estas reflexões nos inquietam e com eles finalizamos este texto, na perspectiva de inspiração para novos estudos e intervenções. Que lugar ocupam, nas pesquisas sobre e com juventudes, as resistências e

enfrentamentos protagonizados por jovens nos contextos variados de vulnerabilidades e riscos? Como são visibilizadas as omissões do Estado, quando se reivindica da juventude o controle e a adequação à ordem social? Em que medida os trabalhos de pesquisa podem favorecer espaços de participação juvenil na proposição de políticas que contemplem seus anseios e necessidades? E, na pluralidade que advogamos acerca desse conceito, como estão sendo escutadas as vozes que destoam do entendimento das juventudes como problema social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

CASTRO, L. R. Admirável mundo novo: a cadeia das gerações e as transformações do contemporâneo. In: COLINVAUX et al. (Org.) **Psicologia do desenvolvimento**: reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CORREA, C. S.; SOUZA, S. J. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 23, n.3, p. 461-486, 2011.

DAMASCENO, M. N. Trajetórias da juventude: caminhos, encruzilhadas, sonhos e expectativas. In: DAMASCENO, M. N.; MATOS, K. S. L.; VASCONCELOS, J. G. (Org.) **Trajetórias da Juventude**. Fortaleza: LCR, 2001.

IBGE. **População Jovem no Brasil**. Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, n. 3, 1999.

NASCIMENTO M. L.; COIMBRA, C. M. B. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (Org.) **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos**: da Psicologia às Políticas Públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Desarrollo en la adolescência**. Disponível em <http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/adolescence/dev/es/#>. Acesso em: 29 mai. 2016.

PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, O. et al. (Org.) **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PONTES, A. K. **Juventude e risco**: problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

SILVA, A. B. P.; OJEDA, K. H. Enfoques sobre o estudo da juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas. In: LABREA, V. V.; VOMMARO, P. (Org.) **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe**: Escola Regional Most Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6944.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

SPINK, M. J. P. Riscos antecipados: regimes de verdade e regimes de esperança na administração de agravos à saúde. Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, 5. **Anais**. ABRASCO. USP, São Paulo, 17 a 20 de abril de 2011.

SPINK, M. J. P. et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando “tempo” e “públicos”. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

Resumo

Nos estudos sobre juventude, é comum que categorias como vulnerabilidade e risco sejam mencionadas, estabelecendo-se uma relação direta, como se houvesse um determinismo entre elas. A problematização desses conceitos pode nos levar a alguns questionamentos sobre a construção social do significado de “juventude” e também sobre aproximações entre esses conceitos que orientam formas de nomear e compreender as características culturais relacionadas a esse período da vida chamado juventude. O presente artigo tem como objetivo levantar alguns pontos de convergência e de distanciamento entre as categorias “risco” e “vulnerabilidade” nos estudos sobre juventudes, não admitindo como natural essa relação, mas buscando problematizá-la, compreendendo seu movimento histórico. Além disso, discutimos conceitualmente as categorias envolvidas na problemática, considerando as diferentes concepções de vulnerabilidade e de risco, pensando não apenas suas negatividades, mas também as potências que promovem nas discussões atuais, tal como vêm sendo compreendidas nos estudos das Ciências Humanas e Sociais.

Palavras-chave:

risco, vulnerabilidade, juventude.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/06/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 10/12/2017



Daniele Jesus Negreiros

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil, Especialista em Saúde do Idoso pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil, com graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Brasil. Filiada ao Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Email: danielejn@gmail.com



Isadora Dias Gomes

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil, e doutoranda em Psicologia pela mesma instituição. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Docente do Centro Universitário DeVry – UNIFANOR, Ceará, Brasil.

Email: isadoradg@gmail.com



Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona, Espanha. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil.

Email: verianac@gmail.com



Verônica Moraes Ximenes

Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona com Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: vemorais@yahoo.com.br



IMAGEM: Pxhere

Infância e ditadura: as marcas de uma experiência de controle e disciplinamento

ENTREVISTA DE *Alejandra Estevez*
COM *Valeria Llobet*

Alejandra Estevez Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à revista pelo convite que fizeram a nós duas. Gostei muito de conhecer sua obra e seu trabalho. Gostaria que você pudesse falar um pouco sobre sua formação e como tem chegado nesse tema da infância na ditadura. Começou exatamente nesse foco, ou com um interesse mais geral pela temática contemporânea e depois se confrontou com o tema da ditadura?

Valeria Llobet Eu comecei minha trajetória em temas da infância muito cedo na minha formação na graduação, e esses questionamentos foram me direcionando para o tema das desigualdades na contemporaneidade. Foquei-me, sobretudo em crianças em situação de rua. Meus primeiros interesses foram em torno das desigualdades na infância e sua expressão na situação das crianças na rua. Abordei isso a partir da perspectiva que as crianças geravam sobre sua experiência, primeiro, a partir do trabalho infantil como uma categoria que as próprias crianças utilizavam para recuperar sua experiência de uma maneira menos estigmatizada: o fato de estar na rua como um trabalho. Esses foram, de fato, trabalhos durante minha graduação. Sou formada em psicologia e minha tese começou muito próxima das preocupações mais tradicionais da Psicologia, vinha do lado da saúde pública, da psicologia preventiva, da epidemiologia, e então me perguntava, nesse momento, se a perspectiva de direitos da criança era uma perspectiva que transformava as instituições em um arranjo mais “saudável” para as crianças. Esses questionamentos vinham vinculados à ideia dos direitos como uma ferramenta de emancipação, que também tem uma relação com a saúde mental. Num certo momento, o movimento de saúde mental e antimanicomial, tanto no Brasil como na Argentina, vinculou-se à luta pelos direitos humanos. Essas eram lutas que também estavam envolvidas com a recuperação democrática e com a ideia de que os direitos dos pacientes psiquiátricos, os direitos das pessoas encarceradas, das pessoas em instituições totais, também estão dialogando com uma busca de maior autonomia, de emancipação e de menos submissão, ou a transformação da submissão em emancipação. Minha tese de doutorado se transformou na direção de pensar os temas a partir de um ponto de vista social, e a própria tese teve uma inquietude vinculada às transformações históricas, os problemas do mundo contemporâneo. Cheguei à ditadura como um tema específico só recentemente, nos últimos cinco anos.

Alejandra Estevez Então, a partir de seus estudos com crianças na rua, existe um olhar mais contemporâneo onde há uma maior aproximação com as discussões dos direitos humanos de maneira mais geral, que passam pela ditadura na Argentina de forma muito forte. Quais são os resultados deste novo foco? É um projeto de pesquisa que tem proposto tratar especificamente da ditadura?

Valeria Llobet A vinculação com o tema da ditadura é tanto teórica quanto política, a partir da discussão mais geral de direitos humanos. Na Argentina, quem, assim como eu, estuda o tema da infância e dos direitos, não pode deixar de considerar algumas manifestações de certas organizações que lutam pelos direitos humanos, particularmente o grupo “Avós da

Praça de Maio”.¹ Então, todo tema das políticas para a infância tem uma vinculação mais ou menos direta com a ditadura. Mas, além da posição por parte desses organismos de direitos humanos, a coincidência histórica da recuperação democrática e a discussão sobre os direitos das crianças em nível mundial, há também uma questão biográfica: eu fui criança durante a ditadura, tenho uma vinculação pessoal com o tema, dado que foi uma marca biográfica importante para mim. De alguma maneira, as discussões dos últimos anos em relação a esse tema sofreram uma estagnação com uma espécie de recuperação do discurso mais de direita. Um discurso que busca silenciar o passado, uma espécie de posição pública cada vez mais legitimada que diz que “já está bom, já não é necessário seguir discutindo a ditadura”. Tudo isso justamente no momento em que se começava a perceber o compromisso da população civil e em particular de alguns grandes empresários. Bom, isso criou um contexto de relevância para relançar uma pergunta sobre a ditadura como o cotidiano, a ditadura como o comum, e pensar a infância a partir daí.

Alejandra Estevez Geralmente, a historiografia sobre a ditadura focou justamente os grupos organizados, e você vem e coloca o foco no cotidiano, na infância, no que tem de mais simples, de filhos de pais que não necessariamente estavam envolvidos com a ditadura e nos ajudando a perceber como era essa sociedade na sua forma mais crua. Gostaria que pudesse contar melhor como era ser criança na ditadura na Argentina, o que tem sido descoberto neste percurso investigativo.

Valeria Llobet A verdade é que, como sempre, o olhar sobre a trajetória biográfica e sobre o lugar da infância nessa trajetória biográfica sempre tem um lado relativamente melancólico que temos que tentar evitar, duvidar ou analisar, não é verdade? Nesse sentido, o que eu tenho colhido é como nós que hoje somos adultos vemos essa infância e como a reconstruímos. A memória biográfica ou a narrativa biográfica é sempre uma narrativa a posteriori, mas, ao mesmo tempo, é uma narrativa que nos permite olhar algumas das marcas mais significativas. A ideia das marcas da experiência como aqueles momentos em que um conjunto de questões teve lugar e de alguma maneira marcou a pessoa. Eu acredito que essas marcas estão em duas coisas: por um lado, o que é construído a posteriori, como uma narrativa que vem a fazer sentido a partir do tempo presente, mas também são marcas de uma experiência que foi significativa para a criança. Com essa consideração, por um lado, o que encontro é um descobrimento adiantado da presença da ditadura. Quero dizer, meninos e meninas, todos em algum momento – inclusive crianças que eram muito pequenas – se deram conta que havia algo nebuloso, uma ditadura. Essas crianças de alguma forma percebiam que havia uma ordem que gerava algo vinculado com o terror, com a mentira, ou com a dupla moral, com uma dobra da realidade.

E isso, no meu ponto de vista, é muito importante porque, por um lado, marca a impossibilidade ou mostra como infrutífera a ideia da inocência ignorante criada pelos adultos e, por outro, permite entender não somente a extensão da ordem ditatorial,

¹ Essa é uma organização em que as avós de crianças sequestradas e desaparecidas no período da ditadura lutam por esclarecimentos e justiça.

senão precisamente sua sintonia com dimensões da vida cotidiana. Isto é, o fato de certas formas de construção das relações sociais, em particular de gênero e idade, nesse momento histórico, ainda terem muita sintonia autoritária com a ordem que pretendia reinstaurar a ditadura.

Quero dizer que não somente a ditadura estendia seus tentáculos na direção da ordem do privado em certos lugares, por exemplo, no interior do país, parece que há uma ordem do privado sustentada em relações de gênero e de idade particularmente autoritárias. Essas desigualdades estavam vinculadas a certos aspectos do conservadorismo moral que talvez nos centros urbanos tenham sido postos mais em questão, isto é, certas ordens de relação social que “sintonizavam bem” com o que a ditadura queria impor para a vida cotidiana. Esse conjunto de questões é também visualizado quando nos colocamos no nível do que as crianças viam naquele momento.

E, para mim, a outra questão é como meninos e meninas construíam a possibilidade de acessar o conhecimento social e político do momento “nas costas” dos adultos. Tendemos a aceitar assim, que a família é uma instituição socializadora na qual os adultos e as crianças interagem na socialização, e o que eu encontro também é um espaço no qual as crianças constroem, mais à frente, narrativas ocultas e espaços de ação ocultos, e que neles não somente valorizam a cultura de pares, mas também a ação individual da criança, o que ganha um espaço de compreensão da realidade. Também mostra uma forma de sociedade que, diferentemente da nossa, não estava olhando tanto para as crianças. Davam-lhe muito menos proteção, por um lado, mas, ao mesmo tempo, muito mais espaços de liberdade, contraditoriamente, porque também é um regime, um modo de organização no qual, quando as crianças entram no espectro de visibilidade dos adultos, a relação é muito mais autoritária e mais rígida que a de hoje.

Alejandra Estevez Você fala dessas técnicas de controle, do disciplinamento e também de educação, o que eles deveriam ser, o que pensavam. Como vê as diferenças em termos de controle do Estado e das instituições de maneira geral, inclusive a família? Como era a diferença, em termos de tratamento, da estrutura estatal autoritária em relação às crianças em oposição aos adultos? Quais as similitudes e diferenças entre essas duas culturas?

Valeria Llobet O Estado ditatorial tinha mais critérios que o etário. Isto é, um primeiro critério substantivo me parece que era, antes de “adultos” ou “crianças”, “terroristas a serem exterminados” versus “cidadãos aceitáveis”. Entre os terroristas a serem exterminados, existia um subgrupo que era o dos “terroristas a serem reeducados”. Houve um projeto de reeducação na “Escuela de Mecánica de la Armada” desenvolvido por alguns dos dirigentes da ditadura, no qual também se procurava a reeducação dos adultos como forma de mostrar o projeto sociocultural da ditadura como um projeto bem sucedido.

Dentro dessa ideia da reeducação ou da normalização de certos sujeitos, as crianças de famílias de “terroristas” – digo obviamente “terroristas” entre aspas, pois é o discurso da ditadura – eram implantadas ou transplantadas para famílias apropriadas, que eram as famílias apropriadoras e, nesse sentido, as crianças eram consideradas

também como população reeducável. Essas crianças eram filhas de terroristas que precisavam ser reeducadas. Nesse ponto, a ditadura argentina é diferente da ditadura brasileira, por exemplo, porque, até onde eu sei, não sei se é exatamente assim, no caso do Brasil predominava o caráter mais racializado e, nesse sentido, mais do que se apropriar dos filhos dos militantes populares, a ditadura no Brasil tendia a exterminá-los. No caso argentino, como é bem sabido, houve apropriação das crianças das famílias dos militantes sociais, que foram entregues às famílias vinculadas aos militares.

Nesse sentido é que eu dizia que a política da ditadura fazia primar os critérios de “terrorista” versus “cidadão”, antes do critério “adulto/criança”. Porém, dentro do esquema das diferenças de tratamento das crianças e dos adultos, a ditadura, para as famílias “normais” – “normais” também entre aspas –, trazia uma ideia de responsabilidade dos pais pelo comportamento dos filhos. Responsabilidade extrema que tinha a ver com o controle da literatura a qual as crianças tinham acesso, do controle das amizades, do controle do que fora dito pelos professores na escola. A ditadura tinha uma política de comunicação que implicava que mães e pais deviam estar atentos ao que os professores dissessem para os seus filhos, os livros que os professores entregassem etc. Havia uma interpelação direta às mães e aos pais para que usassem de controle sobre tudo o que acontecia com seus filhos. Controle que não necessariamente era exercido, mas que, por exemplo, no nível da escola, funcionava como autocensura. Havia, de qualquer maneira, professores e professoras que se desviavam desse controle, e mães e pais que talvez exercessem esse controle, mas, aparentemente, no que eu posso ver, a maioria não exercia esse controle tão extremo que lhes era requerido pela ditadura.

Alejandra Estevez Você pensa que isso pode ficar como legado para as futuras gerações de adultos? Quando essas crianças se transformam em adultos, quais são os impactos na área da psicologia social, quais os impactos subjetivos para esses sujeitos, adultos agora, que viveram esse passado autoritário, apesar de terem tido suas frestas de liberdade?

Valeria Llobet Eu acho que há um ponto onde a ditadura se processa em nível intergeracional. Nós que hoje somos adultos e fomos crianças durante a ditadura acabamos por omitir ativamente uma pergunta sobre a posição dos nossos pais, que tem repercussão no nível dos vínculos intrafamiliares. A relação paterno-filial é tensionada a partir da possibilidade de colocar essa pergunta. No caso daqueles que a colocam e encontram nela uma resposta que vê os pais como culpáveis de ação ou omissão, isso tem uma consequência na relação paterno-filial, uma maior distância nessa relação, uma menor proximidade afetiva e um maior distanciamento identitário.

Há um aspecto que ainda não entendo por completo, porque ainda está em momento de análise. Esse aspecto é uma construção interessante da posição ideológica, da posição política. Há uma trama bem interessante que tem a ver com a identidade, com a sensibilidade, com dimensões muito subjetivas que constroem a posição política dos sujeitos, mas que claramente se entrelaçam de uma maneira muito complexa e essa trama chega até o nível da vida e da intimidade familiar, e que não

se deriva diretamente: não há uma deriva direta da posição política da família e da sensibilidade da família e da posição dos adultos. Pelo menos nesse contexto, o que há são muitas rupturas, mais do que continuidades. Há uma experiência biográfica geracional na conformação da identidade política na qual os sujeitos são ativos, ao invés de uma transmissão da identidade política no ambiente da família como mera identificação ou herança.

A conjuntura de ter vivido a infância durante a ditadura e ter chegado à adolescência na recuperação democrática, com o que implicou de participação política naquele momento, é muito importante. Há uma posição que marca muito uma geração que teve majoritariamente uma participação política bastante ampla, ainda que seja nos primeiros três ou quatro anos da recuperação democrática.

A outra questão, que se dá nos planos intergeracional e biográfico desta relação com a ditadura, tem a ver com a questão de como se vinculam os adultos, não com seus pais, mas com seus filhos. Ali também há uma reconfiguração da autoridade, muito frágil, mas que me dá a sensação – e ainda é provisório porque eu não terminei de explorá-lo o suficiente – de que quem, como nós, viveu quando criança o autoritarismo ditatorial e esse autoritarismo nas relações familiares promovido pela ditadura, se coloca frente a autoridade parental de uma maneira mais difícil.

Por um lado, porque também o fazemos depois da Convenção dos Direitos da Criança, creio que é uma geração de pais e mães, sobretudo da classe média, que está muito marcada pela ideia da Convenção. Isto é, uma geração que promove, adota e se embandeira ao redor da Convenção dos Direitos da Criança, mas que, além disso, tem dificuldades para construir uma autoridade democrática, que vê isso como sumamente difícil.

Alejandra Estevez Há, no Brasil, um grupo de militantes, uma organização de um coletivo que se autodenomina “Filhos e Netos” das vítimas da ditadura, sobretudo os militantes organizados. Eles se organizam a partir dessa identificação geracional para se posicionar no tempo presente, fazendo uma ponte entre o passado ditatorial e autoritário e chamando a atenção para discutir e rememorar este passado autoritário. Mas também demonstrando sua continuidade no tempo presente, este autoritarismo do Estado que ainda permanece em nossas sociedades. Gostaria que comentasse um pouco acerca da existência de movimentos desse tipo organizados na Argentina.

Valeria Llobet Não sei se é exatamente a mesma coisa, mas, na Argentina, em 1996/97, configurou-se a agrupação “H.I.J.O.S.”, “Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio”. “HIJOS” é uma agrupação de filhos e filhas de pais detidos, desaparecidos e assassinados pela ditadura, em que, posteriormente, também se incorporaram filhos e filhas do exílio.

A dimensão dos vínculos familiares articula muito da militância em torno da ditadura e, nos últimos dez anos, tivemos muita produção literária e fílmica a partir do ponto de vista da identidade como filho ou filha, o que tem a ver com a construção de um lugar de enunciação em relação a quem é concernido, quem tem uma voz legítima

como vítima dentro desse esquema da ditadura. O que começou a ser discutido é qual a característica dessa geração posterior em relação aos fatos: trata-se de uma geração “pós” e, nesse sentido, se seria válido pensá-la a partir do ponto de vista da “pósmemória”, como a categoria de Hirsch para os crimes e o sofrimento da Shoá², ou, como têm assinalado alguns autores, se é uma “geração 1.5”, uma geração que viveu mas que não foi agente da situação.

Eu acredito que, do ponto de vista do caráter direto ou indireto dos sujeitos a respeito dos fatos, parece ser um pouco infrutífero ou um pouco equivocado pensar que somos uma geração posterior, porque isso pressupõe que meninos e meninas não têm nenhum caráter político nem agentivo na sua capacidade de ação: sua ação é restrita, mediatizada ou circunscrita ao setor privado. E, nesse sentido, parece-me que – e algumas pesquisas mostram, entre elas a minha – meninos e meninas são atores históricos como quaisquer outros, que têm vivido essas circunstâncias como os outros atores. No caráter geracional, é possível ver como se processam através de diferentes categorias de diferenciação social essas relações sociais autoritárias e essas práticas políticas. Mas me parece que seria um erro considerar que as gerações são outorgadas por graus distintos de sofrimento. Eu acho que as categorias geracionais têm servido para ampliar os espectros das vítimas da ditadura e para construir lugares de enunciação para as pessoas que não se deram conta da responsabilidade própria, que foram muito necessários politicamente, e ainda são. Mas me parece que é preciso construir a possibilidade de pensar a geração como uma relação social e não somente como um momento da história.

Alejandra Estevez Você citou uma produção fílmica, e eu destacaria dois filmes que abordam a questão da infância durante a ditadura: “O ano em que meus pais saíram de férias”, do cineasta brasileiro Cao Hamburger, e “Infancia clandestina”, do argentino Benjamín Avila. Gostaria que comentasse um pouco como a produção fílmica tem influenciado as discussões sobre esta temática

Valeria Llobet Acho que o percurso na Argentina, por exemplo, começa em 2002/03, o percurso fílmico dos filhos. E tem a ver com duas questões: por um lado, com uma questão, nesse caso, sim, geracional, que estritamente tem a ver com a chegada à vida adulta dos filhos (nos anos 2000, todos começaram a fazer 30 anos), e tem a ver com um contexto político no qual os organismos de direitos humanos passaram a ser um ponto de articulação central na memória institucionalizada. Então, a institucionalização da retórica dos organismos de direitos humanos sobre a ditadura outorgou uma legitimidade em si à posição de filhos e filhas que até aquele momento reclamavam justiça ante a impunidade dos crimes ditatoriais. Isto modifica o cenário e permite que essas vozes, essas posições subjetivas, se traduzam num olhar, numa narrativa sobre o passado.

² HIRSCH, Marianne. Surviving Images: Holocaust Photographs and the Work of Postmemory. *The Yale Journal of Criticism*, v. 14, n. 1, p. 5–37, 2001.

Ali, tem um esquema muito variado de posições, que também se dá no Chile e no Uruguai, que tem a ver com uma lógica mais íntima de ser filho e de se perguntar por que os pais o abandonaram, numa narrativa que tem uma vinculação que é sintônica com a narrativa de qualquer pessoa que tenha sido abandonada pela sua mãe ou seu pai. E, nesse sentido, é uma posição estritamente subjetiva, mas que se conecta com o fato de que esse abandono não era escolhido nem era o centro da ação do adulto – que é o que diferencia o “abandono” como consequência do desaparecimento daquele “abandono” porque alguém não pode tomar conta de um filho – mas foi produzido pela ditadura. É o caso, por exemplo, de “Los rubios”, que é de 2003, de Albertina Carri, onde a narrativa toda do filme está construída em torno da pergunta “por que meus pais escolheram a militância em vez de mim?”. O polo oposto é a narrativa do filme de Benjamin Ávila, “Infancia clandestina”, que é de alguns anos depois, onde a construção é: “meus pais construíram uma militância na qual eu já estava incluído”. Nesse sentido, a pergunta é sobre a experiência militar infantil, a experiência da clandestinidade como criança, e uma criança que é ator dessa militância. Um outro filme é “El edificio de los chilenos”, que é um pouco anterior ao “Infancia clandestina”, e tem um arco narrativo emocional de um ponto de vista bastante amplo: da recriminação dos pais pelas decisões tomadas em relação às crianças até a compreensão da militância paterna ou materna e sua aprovação.

Agora, uma parte da recepção desses filmes está determinada, ao menos na Argentina, por uma posição política do espectador: aqueles que têm uma proximidade com a militância social e de esquerda da década de 70 vão compreender o sofrimento produzido pela ditadura para com as famílias de ativistas numa perspectiva distinta daquelas pessoas que não têm essa proximidade. Aqueles que não têm essa proximidade tenderão a olhar para a prática da militância de mulheres que eram mães e homens que eram pais do ponto de vista da irresponsabilidade: “esses são pais irresponsáveis que faziam coisas que não devem ser feitas quando se tem filhos”, com uma distância moral muito grande. Há aqueles que vão realçar a violência como parte dessa irresponsabilidade ou a incompetência moral ao “expor as crianças a isso”, ou vão movimentar ideias estereotipadas, moralistas e universalistas sobre a infância – “as crianças não podem estar em contato com determinadas situações” – para estabelecer um julgamento sobre essas mães e esses pais. Têm outros que vão vê-lo de uma maneira muito mais complexa, tentando entender distintas formas de cuidado que eram construídas em espaços onde era questionada a ideia de infância e a ideia de família, que eram parte do que se buscava transformar, e nos espaços em que a violência política era compreendida como produzida centralmente pelos atores estatais e suas práticas repressivas. Acredito que é sim a partir dos anos 2000 que se deu essa possibilidade de construir essas posições de enunciação e essas narrativas que, por diferentes motivos, políticos ou geracionais, não foram possíveis antes.

Alejandra Esteves Nos seus textos, você fala de uma violência que seria própria de uma experiência da infância, das crianças que passaram por essa situação, que seria uma experiência diferente dos adultos durante a ditadura.

Valeria Llobet Em alguns contextos em que eu fiz as entrevistas, o que emergia era uma relação entre crianças e adultos muito autoritária, onde uma quantidade muito grande de violência era permitida. Mas isso era, por um lado, sintônico com alguns dos argumentos conservadores, no sentido de que, para a ditadura, o modelo de família era o modelo mais conservador, católico, baseado na figura do pai como a autoridade parental e da mãe como a autoridade moral e emocional da família, mas subordinada à do pai, e as crianças como sujeitos que deviam respeito e obediência. Sobretudo nas áreas que não eram metropolitanas, esse tipo de família, embora estivesse sendo questionada e demograficamente também estivesse em transição, meninos e meninas estavam expostos à ideia de que qualquer um na cidade, qualquer um no bairro, qualquer um na rua podia chamá-los à ordem, repreendê-los, exigir formas de respeito. Ao mesmo tempo, estavam expostos, por exemplo, as meninas estavam expostas a uma violência sexual que hoje problematizamos, mas que naquele momento era da ordem do comum.

Todas as mulheres que entrevistei tiveram ao menos uma experiência na qual um adulto lhes mostrou a genitália, ou que as tocou, ou que as perseguiu, no começo da sua adolescência, em torno dos 12 ou 13 anos. Todas experimentaram algo assim. E era algo do qual não somente não se podia falar, mas que era vivenciado sistematicamente como uma situação onde as mulheres eram as culpadas, as meninas eram culpadas, e isso deixava uma mancha na própria menina. E entre os meninos, o tipo de relações, de jogos, de formas de sociabilidade aceitáveis, parecia ter um grau de agressividade permitido e inclusive promovido, muito grande, uma agressividade que era socialmente festejada.

Há uma pesquisa em particular que assinala que a violência era vista ou vivenciada na época dos anos 70 como algo culturalmente aceitável e valioso. O que me parece é que havia uma construção do autoritarismo, diferentemente da violência, como uma forma valiosa de relacionamento intergeracional em alguns setores. Mas também era algo que já estava sendo bastante questionado, sobretudo nas áreas metropolitanas, onde as formas mais autoritárias da família estavam em franco retrocesso, e não se vinculava de forma direta a uma suposta aceitação da violência social e política. Pelo contrário, se relaciona à ordem social.

Alejandra Esteves Desde fins do século XX, junto com o avanço do projeto neoliberal e com o aumento da desigualdade e da exclusão social, está, por outro lado, o avanço de projetos de institucionalização dos direitos de crianças e da juventude. Gostaria que comentasse um pouco sobre esse aparente paradoxo, o que está em jogo e em qual direção avançamos. Se pudesse falar sobre a Argentina, claro, que é o seu lugar de pesquisa, mas também uma visão sobre a América Latina.

Valeria Llobet O primeiro ponto que deve ser levado em consideração é o que diz respeito aos direitos humanos e aos direitos das crianças e adolescentes. O processo de especificação e ampliação dos direitos implica algo da ordem da emancipação ou implica algo da ordem da extensão do governo? Acho que acontecem as duas coisas,

se dá um processo de ampliação e especificação de direitos, que tem permitido que um conjunto de demandas e um conjunto de atores que não estavam sendo reconhecidos como sendo titulares de direito possam enunciar essas demandas. E tem permitido a problematização das áreas da vida nas quais se produzem múltiplas formas de subordinação e submissão. Ou seja, permite que sejam visibilizadas, tornadas públicas, politizadas e, nesse mesmo sentido, transformadas essas relações de subordinação e submissão.

As formas de violência no setor privado são uma das mais claras problemáticas nas quais o processo de ampliação de direitos permite modificar as situações de subordinação. Agora, também é verdade que os direitos de crianças e adolescentes não têm sido capazes de interpelar a discussão sobre a desigualdade social, apesar de ser um dos tópicos mais recorrentes no campo, porque eu acho que as crianças são sujeitos particularmente complexos para pensar a desigualdade social, porque precisamente mostram o axioma que, quando uma pessoa nasce numa família pobre, tem grandes chances de ser pobre. A desigualdade e a pobreza não se reproduzem graças à ação dos sujeitos e, nesse sentido, sua transformação requer dinâmicas que são mais estruturais do que singulares. Porém, os direitos de crianças e adolescentes ampliam o campo de direitos de um ponto de vista individual. Nesse sentido, vão numa direção que não necessariamente se vincula ao problema da desigualdade ou à injustiça social mais do que em alguns aspectos. E, além disso, tem sido construídos, sobretudo em alguns lugares, sobre a base de duas dinâmicas muito institucionalizadas: a primeira é o maternalismo e a desigualdade de gênero institucionalizada nos estados latinoamericanos, por exemplo, na Argentina, em particular, que levam a considerar os direitos da criança como direitos que se dão em oposição aos direitos das mulheres.

Isso tem consequências diretas na tendência a pensar as crianças como vítimas das suas mães e a suas mães como más mães. O maternalismo e os estereótipos de gênero institucionalizados no Estado, no poder judiciário, são uma das dinâmicas que complica a capacidade emancipatória dos direitos da criança. A outra dinâmica que me parece que os complica é que – e isto especificamente no caso da Argentina – a institucionalidade dos direitos, ou seja, as instituições que são as que captam os direitos das crianças e adolescentes são herdeiras do campo da minoridade, da atenção aos “menores delinquentes” e aos menores “vagos e mal-assistidos”, marcando uma dependência estrutural das instituições, que delimita seu campo de ação de uma maneira que dificulta que sejam justamente instituições que pensem os direitos de um ponto de vista mais estrutural, ou que não se concentrem basicamente nas crianças pobres, ou que não o façam de uma maneira punitiva.

Na América Latina, a maioria das entidades que se ocupam da proteção de direitos das crianças toma os direitos econômicos, sociais e culturais como áreas de ação substantiva, mas se ocupa desses direitos em virtude da sua vulnerabilidade, que por sua vez é entendida como produto da incompetência familiar, da falha da família. Em outros lugares, quando se discutem os direitos das crianças, os direitos centrais são a participação, a voz e os direitos políticos. Então, qual o motivo dessa diferença

de ênfase? Bom, me parece que se origina nas tradições político-institucionais. Eu acho que, na América Latina, essa tradição vinculada aos “menores abandonados moral e materialmente” faz com que nossas interpretações sobre o que significa proteger seus direitos e qual é o campo de ação das instituições que devem protegê-los acabem centrando-se nas crianças pobres de uma maneira que acaba sendo mais reprodutora das desigualdades do que transformadora.

Alejandra Estevez Sobretudo depois do início do governo do presidente Mauricio Macri, mas inclusive antes também, que demonstrou como vê esse cenário de políticas públicas, focadas na família, na infância e na juventude no contexto argentino, você vê sinais de mudança em relação a essas políticas depois do governo de Macri, ou em comparação com os Kirchner? Como isso se dá?

Valeria Llobet A maior transformação é a socioeconômica. A perda salarial e a perda de ingressos dos setores populares têm sido muito grandes por via da inflação e pelo aumento concreto de alguns custos, com maior peso nos setores assalariados: luz, transporte, coisas muito básicas, ao mesmo tempo em que programas sociais não aumentaram no mesmo ritmo e, em alguns casos, diretamente não aumentaram. A outra transformação grande é em termos da retórica institucionalizada.

O novo governo, longe de sustentar uma retórica de direitos, coloca uma retórica mais vinculada às responsabilidades. Antes do cidadão, a figura chave é, por um lado, o empreendedor, ou seja, o sujeito que constrói sua própria inserção econômica a partir da criação de bens ou serviços que não existem, ou de auto-empregar-se, basicamente, e o pagador de impostos, a outra figura a partir da qual pode se construir a retórica política do macrismo, é a do “*tax payer*”. Esse é o sujeito que tem possibilidade de reclamação, de fato. Então, o cidadão com direitos é uma figura que não está presente dentro da retórica governamental. Isto se transfere ao sentido comum de alguma maneira e é sintônico com alguns aspectos mais conservadores ou mais republicanos, no sentido de que se entende que, na cidadania, os direitos derivam das obrigações, são secundários a elas.

Com esse tipo de retórica se legitimam essas dimensões mais meritocráticas presentes no senso comum e as pessoas começam a ver isso em algumas interpretações dos agentes públicos que tendem a tomar medidas de proteção de direitos. Então, se antes era mais legitimado que, frente às necessidades econômicas e sociais das famílias de setores mais populares, o que devia ser feito era responder, hoje está mais legitimado que o que deve ser feito é ativar a família, no lugar de responder. Isto não se vê ainda em tendências demograficamente importantes ou em regularidades sociais estatisticamente mais significativas, mas se vê. Começa a se observar essa transformação da matriz interpretativa que delimita o que vai ser feito pelo Estado e as necessidades dos sujeitos. Nisso, eu me associo a uma leitura do Estado de bem-estar como o Estado intérprete.

O debate político se dá no nível da interpretação: o que se interpreta como necessidades legítimas, o que se interpreta como sujeitos com legitimidade para enunciá-las. Então, ali há uma transformação que está começando a se visualizar.

E dessas duas questões surge uma terceira transformação que efetivamente está começando a se visualizar em termos estatísticos que, em alguns distritos, triplicou-se a demanda aos sistemas de proteção de direitos. Nesses dois anos de governo da direita, há três vezes mais demanda de assistência vinculada a direitos violados. E há – e isto é outra mudança também importante, não no setor da proteção de direitos, mas no dos jovens em conflito com a lei – um discurso punitivista muito marcado, que identifica muitas áreas de comportamento como delitivas e identifica os jovens como delinquentes potenciais e potencializa a mão pesada como resposta apropriada.

Então, um policial que assassina pelas costas um suspeito de roubo é um sujeito que, ao invés de sofrer uma condenação social pelo uso indevido da força, pretende-se condecorar, tornando-se “o tipo de policial que faz falta”. Ao mesmo tempo, avança-se com um discurso punitivista sobre a participação política estudantil e sobre as ações dos jovens de maneira geral. Eu identificaria nessas questões as seguintes transformações: o acelerado empobrecimento dos setores populares, a perda de massa salarial, a perda de participação em lucros. Este aumento das necessidades dos setores populares se expressa num aumento da demanda de proteção de direitos, uma dinâmica de legitimação de discursos neoliberais na hora de interpretar de maneira restritiva esses direitos e as competências do Estado; e um aumento dos discursos punitivos e das demandas de repressão para com os jovens.

Alejandra Estevez Estou muito satisfeita, continuarei lendo seus textos, e tomara que possamos compartilhar mais produções e nossos trabalhos também. Estreitar um pouco esses laços e conhecer melhor o que é produzido aí na Argentina.

Valeria Llobet Adoraria. Muito obrigada pela entrevista. Foi um prazer enorme.

Resumo O tema percorrido nessa conversa deságua em duas vertentes. De um lado, versa sobre as causas e consequências da espinhosa relação entre os direitos das crianças e os conceitos de vulnerabilidade e subordinação. Depois, se desenrola na análise da experiência de controle e disciplinamento forçado pelo Estado para a manutenção de períodos ditatoriais e nos oferece um mergulho nas entrelinhas das relações de poder entre adultos e crianças. Nesse caso, a análise aponta para a família e a relação entre pais e filhos como um importante núcleo de produção de personalidades autoritárias que perpetuam um jeito de ser que também é produtor desses momentos históricos.

Palavras-chave: infância, vulnerabilidade, direitos da criança, ditadura, Argentina.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/03/17

DATA DE APROVAÇÃO: 06/03/18



Valeria Llobet

Doutora em Psicologia pela Universidad de Buenos Aires, Argentina. Professora da Universidad Nacional de San Martín. Pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Coordenadora do Centro de Estudios sobre Desigualdades, Sujetos e Instituciones.

E-mail: valeria.s.llobet@gmail.com



Alejandra Estevez

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Universidade Federal Fluminense. Investigadora da Subcomissão da Verdade na Democracia. Membro do Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense.

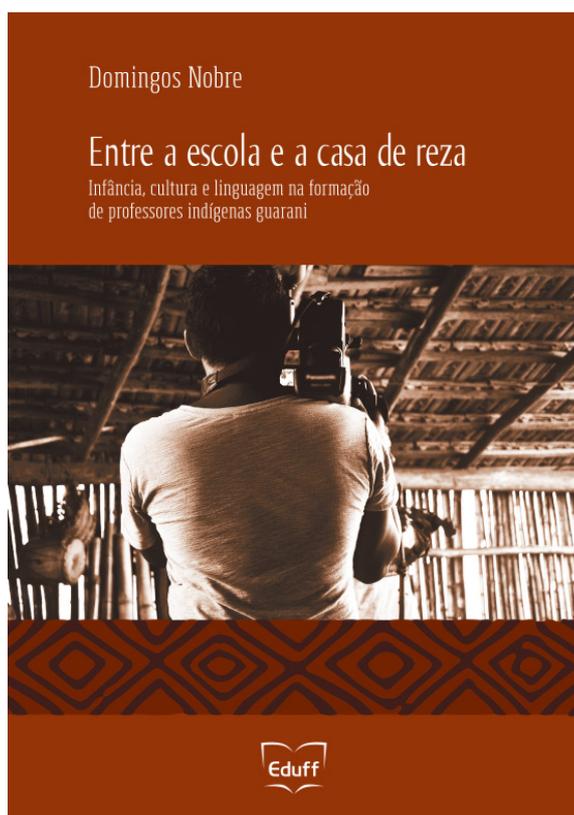
E-mail: alestevez83@gmail.com

Entre a escola e a casa de reza: infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas guarani, de Domingos Nobre

RESENHA POR

Renata Silva Bergo e Renata Lopes Costa Prado

Escolarização na aldeia: diluindo especificidades da infância guarani ou guaranizando a escola?



O livro *Entre a escola e a casa de reza: infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas guarani* apresenta os resultados da pesquisa de Domingos Nobre sobre a escolarização do povo indígena Guarani Mbyá¹, realizada primordialmente na aldeia Sapukai, localizada em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo era buscar compreender os impactos da presença da escola e da chegada da energia elétrica naquele território sobre as concepções tradicionais de infância e refletir a respeito de como essas transformações culturais são ou devem ser incorporadas aos currículos dos cursos de formação de professores indígenas.

Assim, *infância, cultura, linguagem e currículo da formação de professores* – termos que, agora, dão subtítulo ao livro – foram os eixos transversais que permearam a realização da pesquisa e que se configuraram depois em categorias analíticas do material produzido. Retomando dados, conceitos e discussões oriundos de trabalhos anteriores, fruto

¹ Assim como no livro resenhado, adota-se aqui a seguinte regra: quando a denominação de uma etnia é um adjetivo, ela é escrita com letra minúscula; quando é substantivo gentílico, com maiúscula.

de sua longa experiência como pesquisador indigenista, Nobre aborda neste livro o complexo processo de apropriação do aparelho escolar por uma cultura tradicionalmente nômade e ágrafa.

Conforme afirma o autor, ainda são escassas as informações sobre os modos de vida das crianças indígenas na bibliografia antropológica brasileira. Além disso, ao considerar a diversidade de etnias e de culturas indígenas que convivem, ou coexistem, no país, temos uma ideia do tamanho da empreitada que há pela frente na busca pela garantia do direito à educação diferenciada, intercultural e bilíngue, tal como prevê a Constituição de 1988. Afinal, uma política nessa direção requer que se conheça, tanto quanto possível, essas outras culturas, as suas línguas e em que suas demandas por uma educação escolar se diferenciam das demandas oriundas de sociedades não indígenas, ou como se diferenciam entre as diversas sociedades indígenas.

Em relação a alguns povos, como os Tupinambás pesquisados por Florestan Fernandes, encontramos estudos de maior envergadura capazes de prover mais subsídios para tais reflexões. No caso dos guaranis, por outro lado, como afirma Nobre, “há apenas fragmentos insuficientes para uma síntese” (p. 14).

Talvez, pudéssemos dizer que mesmo uma síntese seria insuficiente, pois a alteridade dos outros, apesar de esforços em contrário, não se deixa enquadrar ou homogeneizar. Como exemplifica Augè (1999), “nenhum aladiano [...] elaborou ou pronunciou o discurso que o etnólogo denomina ‘sistema de pensamento’ [...]: essa realidade sistemática reúne com mais frequência as respostas parciais dos informantes [...] e as interpretações dos etnólogos [...]” (p. 24). Ainda assim, é preciso se dispor a conhecer o outro e suas lógicas próprias, inclusive para com elas aprender, para a partir delas estranhar nossas lógicas e reconhecer que vivemos em um mundo comum e que, se as relações que estabelecemos entre os povos são injustas, devemos isso à construção social, não à natureza ou a qualquer outra justificativa que impossibilite a construção de outras relações menos desiguais.

Entre a escola e a casa de reza traz, nesse sentido, contribuições tanto no plano teórico, ao apresentar elementos que permitem melhor compreensão de desejos, impactos e conflitos relacionados à presença da escola na aldeia, quanto no plano político, ao levantar questões que iluminam reflexões acerca das relações de poder entre indígenas e não indígenas e entre culturas, por vezes, em confronto. Nobre assume, portanto, nas palavras de Oliveira (2004, p. 21), a “tarefa ética” que se configura enquanto “mediação no âmbito da comunicação interétnica”.

Em sua pesquisa, de caráter exploratório, o autor percorre diferentes caminhos: um levantamento da bibliografia sobre infância indígena e escolarização no Brasil e a análise do material produzido na pesquisa de campo realizada na aldeia Sapukai (Angra dos Reis/RJ), na qual, há mais de 18 anos, ele vem desenvolvendo estudos, projetos de extensão e trabalhos de assessoria pedagógica e de formação de professores. O livro traz também relatos de incursões etnográficas ocorridas em outros dois territórios Guaraní Mbyá: Tenonde Porã (Barragem/SP) e Krucutu (São Paulo/SP). Em suas análises, o autor procura articular os referenciais da sociologia da infância e da antropologia da criança à etnologia indígena.

Utilizando metodologias de base etnográfica, Nobre registra os dados resultantes de sua investigação valendo-se de diferentes linguagens, como o vídeo e a fotografia, além do texto. Assim, soma-se ao livro um vídeo documentário de mesmo nome, que registra trechos de entrevistas realizadas com quatro professores guarani mbyá de diferentes estados brasileiros. Nobre traz para o texto as principais reflexões suscitadas pelas respostas dos professores a perguntas como “o que mudou na infância depois da escola?” e “como superar o conflito?”.

Buscando constituir um “estado da arte” sobre a temática, Nobre conta ter encontrado quase uma centena de textos publicados nas duas últimas décadas, entre teses, dissertações e artigos. O livro focaliza, no entanto, a bibliografia que trata especificamente dos Guarani Mbyá e apresenta, inclusive, um quadro com a identificação das principais informações e dos conceitos centrais abordados nos 14 textos que relatam pesquisas realizadas junto à população dessa etnia. *Entre a escola e a casa de reza* se constitui, assim, como uma boa entrada para aqueles que começam a se interessar pela infância indígena e os processos de escolarização.

Do ponto de vista teórico, é interessante lembrar que os estudos sobre gênero são reconhecidos como propulsores dos estudos sociais da infância, pois questionam visões de mundo e estruturas sociais que privilegiam grupos humanos específicos (James, 2009; Hendrick, 2005). As contribuições dos estudos indígenas para os estudos sociais da infância talvez não tenham recebido até agora o mesmo reconhecimento, mas não há dúvida de que a articulação entre esses dois campos se configura como um terreno extremamente fértil. As crianças indígenas nos mostram que a ideia de infância não existe em todos os tempos e espaços e que, além disso, ela pode ser formulada de diferentes modos. Elas nos mostram também que há espaços, como as aldeias, em que as crianças não encontram os mesmos obstáculos que as crianças das sociedades ocidentais contemporâneas encontram para exercer e desenvolver suas competências e sua autonomia.

Esses são alguns dos aspectos que mostram a relevância de estudos como o de Nobre. Apesar disso, não há em seu texto uma discussão mais prolongada sobre o modo de vida das crianças guarani mbyá. Há, apenas, algumas pistas ao longo de todo o livro (e há também uma promessa do lançamento, em breve, do filme *Falas e brincadeiras infantis Mbyá*, dirigido por Nobre).

Entre as pistas que o livro nos oferece para conhecer mais sobre as crianças guarani mbyá, podemos destacar que tais crianças são vistas como um ser sagrado e completo², diferentemente do que se observa na imagem da criança como um vir a ser, um futuro adulto, um ser ainda incompleto. Esta última é a imagem mais comumente encontrada na psicologia do desenvolvimento, além de ser o que informam também outras ciências e, inclusive, o senso comum. Elas também são apresentadas como ativas e como solidárias no cuidado umas das outras. Em sua educação, não há espaço para castigos.

2 A exceção são as crianças bem pequenas, pois tal completude é atribuída às crianças quando elas dominam a língua.

As características de sua personalidade e de seu espírito, bem como suas predisposições aos rituais são determinadas por seu nome e este lhe é dado pelo *opyguá* (xamã) assim que a criança passa a se expressar por meio da língua materna.

A escolarização ali provoca conflitos de diferentes ordens, mas, sobretudo, coloca em questão os modos próprios de compreender a infância, o lugar e o papel das crianças naquela sociedade. Isso porque, até então, aprender a ser um Guarani Mbyá ocorria exclusivamente na convivência diária com os parentes e outros membros da comunidade, onde se (re)produzem os saberes, fazeres e pensares que dão forma e conteúdo à cosmovisão típica desse povo. Quando começam a frequentar a escola, as crianças têm a sua circulação social restringida e passam a ter que se submeter à autoridade de um professor e à necessidade de entrar em contato com conteúdos explícitos e implícitos (que fazem parte do “currículo oculto”) que, em muitos aspectos, entram em contradição com sua cultura de origem.

Nobre destaca outro aspecto de profunda transformação social que diz respeito às diferenças socioeconômicas que se instauram a partir dos novos postos de emprego e possibilidades de ganho financeiro advindos da escola e que acabam por modificar também os sentidos atribuídos à escolarização. Estudar passa a ser, então, um projeto de vida pessoal que visa à melhoria de suas próprias condições sociais e econômicas.

Não obstante, o autor defende que esses processos não são regulares ou lineares, no sentido de que não ocorre uma incorporação direta e acrítica dos padrões das escolas não indígenas. O que se observou, na verdade, foi que os professores guarani mbyá realizam uma “apropriação criativa” (p. 15) que envolve reprodução, mas também ressignificação de tais padrões, produzindo um fenômeno que ele conceituou como “guaranização”.

Nos currículos praticados nas escolas indígenas paulistas, foram identificados mais traços da escola não indígena do que ocorre em Sapukai. Não obstante, muitos estudiosos, diz Nobre, não veem nenhuma vantagem nisso. Pelo contrário, consideram a escolarização dos Guarani Mbyá do Rio de Janeiro como “atrasada” e apontam como causa disso justamente a demora que apresentaram em aceitar e a se adaptar à estadualização de suas escolas.

Outra questão abordada na pesquisa de Domingos Nobre é a chegada da luz elétrica na aldeia e, com ela, a introdução de aparelhos eletrônicos nas residências e também na escola. Esses novos meios de comunicação vão se configurar em fontes, se não de conhecimento, pelo menos de informação, que vão se chocar com as formas tradicionais indígenas de transmissão cultural.

No entanto, é interessante pensar que o mesmo processo complexo e contraditório que ocorre com a escolarização acaba ocorrendo também no tipo de relação que os Guarani vão estabelecer com as novas tecnologias, as quais vêm tendo cada vez mais acesso e que despertam grande curiosidade e interesse, principalmente entre os mais novos.

Ao ressignificarem os usos dos aparelhos tecnológicos, a partir da lógica de pensamento e ação guarani, os jovens podem desempenhar um importante papel de mediadores no processo de compreensão crítica das transformações culturais. É nessa perspectiva que Nobre ressalta a importância de que a produção de materiais audiovisuais sobre eles e

para *eles* seja feita por *eles* (p. 88). O autor nomeia esses processos de resignificação que vão sendo construídos de “complexo resistente-subordinado”, conceito-chave de suas pesquisas e que dá a exata dimensão do que ali ocorre.

Ele encerra o livro apontando a necessidade de todas essas reflexões estarem presentes na formulação de políticas públicas para educação indígena e na elaboração dos currículos de formação de professores, a fim de que a desejada educação diferenciada e intercultural de fato se efetive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, M. **O sentido dos outros**: atualidade na antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

HENDRICK, H. A criança como ator social em fontes históricas: problemas de identificação e de interpretação. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Org.). **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: ESEPF, 2005.

JAMES, A. Agency. In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W. A.; HONIG, M. **The Palgrave handbook of childhood studies**. Basingstoke, Hampshire [etc.]: PalgraveMacmillan, 2009, p. 34-45.

NOBRE, D. Entre a escola e a casa de reza: infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas guarani. Niterói: Eduff, 2016. 116 p. ISBN 978-85-228-1061-1

OLIVEIRA, R. C. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORA, C. et al. (Org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: Eduff/ABA, 2004. p. 21-32.

Palavras-chave: infância indígena, escolarização, interculturalidade.

DATA DE RECEBIMENTO: 30/11/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 08/12/2017

Renata Silva Bergo

Professora do Departamento de Educação do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF), Brasil. Pedagoga, mestre e doutora em educação pela UFMG, Brasil.

E-mail: renatasilvabergo@gmail.com

Renata Lopes Costa Prado

Professora do Departamento de Educação do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF), Brasil. Psicóloga e mestre em psicologia social pela PUC-SP e doutora em psicologia escolar pela USP, Brasil.

E-mail: renata.lopescp@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Dezembro à Março de 2018 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

1 *Acessibilidade e inclusão: algumas perspectivas*

ISBN 978-85-444-2163-5

Autora: Adriane Meyer Vassao (Org.)

Editora: CRV, Curitiba, 140 páginas.

2 *Adolescentes na contemporaneidade*

ISBN 9788559683264

Autor: Vinícius Romagnolli Rodrigues Gomes

Editora: Gramma, Rio de Janeiro, 264 páginas.

3 *Combinamos el Quechua: lengua e identidad de los jóvenes urbanos en el Perú*

ISBN 978-9972-51-643-6

Autora: Amy Firestone

Editora: IEP Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 270 páginas.

4 *Educação como Espaço de Direito. Formação, Docência e Discência*

ISBN 9788546209408

Organizadoras: Carmem Lucia Artioli Rolim, Denise Aquino Alves Martins, Melissa Cícera F. O. Bessa Carrijo

Editora: Paco Editorial, São Paulo, 212 páginas.

5 *Educação profissional, território e sustentabilidade*

ISBN 978-85-444-2148-2

Autores: Avelar Luiz Bastos Mutim, Célia Tanajura Machado e Aline de Oliveira Costa Santos

Editora: CRV, Curitiba, 356 páginas.

6 *Educación Intercultural en Chile*

ISBN 978-956-14-2166-0

Organizadores: Ernesto Treviño, Liliana Morawietz, Cristóbal Villalobos, Esteban Villalobos

Editora: Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 500 páginas.

- 7 **Ensinar e aprender na escola: estudos e reflexões sobre a aula no início do processo de escolarização**
ISBN 978-85-444-2180-2
Autor: Carlos Toscano
Editora: CRV, Curitiba, 198 páginas.
- 8 **¿El mito sigue vivo? Privatización y diferenciación social en la educación peruana**
ISBN 9789972516733
Autoras: Andrea Román Alfaro e Alejandra Ramírez Villarán
Editora: IEP Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 99 páginas.
- 9 **Experiencias juveniles de la desigualdade. Fronteras y merecimientos en sectores populares, medios altos y altos**
ISBN 978-987-1309-25-2
Autoras: Mariana Chaves, Sebastián Gerardo Fuentes e Luisa Vecino
Editora: Grupo Editor Universitario – CLACSO, Buenos Aires, 90 páginas.
- 10 **Evaluación psicológica forense. La custodia de los menores**
ISBN 9786074486773
Autores: Fernando Jiménez Gómez, Guadalupe Sánchez Crespo, Amada Ampudia Rueda
Editora: Manual Moderno, México, 175 páginas.
- 11 **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**
ISBN 978-85-67450-06-3
Organizador: Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Editora: UNESCO, São Paulo, 92 páginas.
- 12 **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**
ISBN 978-85-62450-50-1
Organizadoras: Sílvia Maria F. Arend, Esmeralda Blanco B. de Moura e Susana Sosenski
Editora: Toda Palavra, Ponta Grossa, 367 páginas.
- 13 **Infância & Pós-estruturalismo**
ISBN 978-85-8061-142-7
Organizadoras: Anete Abramowicz e Gabriela Tebet
Editora: Porto de Ideias, São Paulo.
- 14 **Militancia, antagonismo y politización juvenil en México**
ISBN 978-607-30-0044-4
Coordenador: Massimo Modonesi
Editora: Itaca, México, 224 páginas.

- 15 ***La tercera invención de la juventud. Dinámicas de la politización juvenil en tiempos de la reconstrucción del Estado-Nación***
ISBN 978-987-1309-24-5
Autora: Miriam Elizabeth Kriger
Editora: Grupo Editor Universitario - CLACSO, Buenos Aires, 82 páginas.
- 16 ***Las nuevas generaciones del sindicalismo: Jóvenes, trabajo y organización gremial en la Argentina***
ISBN 9789871309375
Autora: Sandra Wolanski
Editora: Grupo Editor Universitario - CLACSO, Buenos Aires, 74 páginas.
- 17 ***O amor em tempos de escola***
ISBN 978-85-7993-452-0
Autora: Marisol Barenco de Mello
Editora: Pedro e João Editores, São Paulo, 207 páginas.
- 18 ***Quer que eu leia com você? - Refletindo sobre as práticas e os espaços de leitura para a educação infantil***
ISBN 978-85-228-1191-5
Autoras: Luciana Esmeralda Ostetto, Maria Clara Cavalcanti de Albuquerque, Ninfa Parreiras e Rachel Polycarpo da Silva
Editora: UFF, Niterói, 73 páginas.
- 19 ***Ser niño y niña en el Chile de hoy. La perspectiva de sus protagonistas acerca de la infancia, la adultez y las relaciones entre padres e hijos***
ISBN 9789563590982
Autoras: Paulina Chavez Ibarra e Ana Vergara Del Solar
Editorial: Ceibo Ediciones, Santiago.
- 20 ***Tiempo de definiciones. Voces de las luchas universitarias en Cuba***
ISBN 978-1-925317-87-9
Autor: Wilmer Rodríguez Fernández
Editora: Ocean Sur, Havana, 256 páginas.
- 21 ***Vivir entre escuelas: relatos y presencias. Antología esencial***
ISBN 978-987-722-311-8
Autora: Elsie Rockwell
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 880 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pausarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a cinco mil palavras (incluindo referências e resumo).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da **DESIDADES**, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

